





A Moradia do Operário no Brasil



O caso da **Vila Santa Cruz**
Estância/SE

Suzete Bomfim





Bomfim, Suzete Santos.

A Moradia do Operário no Brasil – O Caso da Vila Santa Cruz,
Estância/SE / Suzete Santos Bomfim – Brasília: UnB/ 2007.

Numero de páginas :.il (280)

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, 2007.

Bibliografia: f. (267-277)

1. Arquitetura. 2. Arquitetura Industrial. 3. Vilas Operárias.
4. Sergipe. 5. Brasília (DF) - Dissertação. I. Schlee, Andrey Rosenthal.
II. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
- III. Título.



Suzete Bomfim



A Moradia do Operário no Brasil

O caso da Vila Santa Cruz Estância/SE

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre à
Universidade de Brasília, pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração Teoria e História da Arquitetura.

Brasília
2007





Suzete Bomfim

A Moradia do Operário **no Brasil**

O caso da Vila Santa Cruz **Estância/SE**

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília.
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Mestrado em Arquitetura: Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee

Prof. Dr. Frank Svenson

Prof. Dra. Ana Maria Souza Farias

Prof. Dra. Ana Elisabete Medeiros





*A Jeová Deus, o Arquiteto Maior, criador de todas as coisas.
À minha família: Antônio Meneses Bomfim e Suzi Bomfim, meus
amados pais, responsáveis por meu apreço pelos estudos, e por me
ensinarem constantemente com suas ações como me tornar uma pessoa
melhor. Aos meus irmãos, Plínio e Sueane,
pelo amor e incentivo constante.
E ao meu companheiro de todas as horas, meu porto seguro,
o maior incentivador dos meus sonhos, Marcos Vinícius.*







*“Era Ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão(...)
(...)E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.
Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.”*

Vinícius de Moraes







Agradecimentos

Ao professor *Andrey Rosenthal Schlee*, um orientador tão atencioso. Pela paixão dedicada à pesquisa da História da Arquitetura, pela amizade e bom humor característicos, tornando nossos encontros acadêmicos algo prazeroso.

À generosidade da sua esposa, *Zíndia*, pela paciência com as visitas inesperadas dos seus orientandos.

À Fau-UnB, pelo apoio à pesquisa científica, e a todos seus funcionários, sempre atenciosos e dispostos a ajudar.

Aos companheiros de mestrado, pelo contínuo debate sobre Arquitetura.

À amiga *Aline Figueiró*, pelo carinho constante. Sem dúvida, um dos melhores benefícios que a Unb me proporcionou: a sua amizade.

À amizade e apoio dos queridos amigos *Café* e *Cláudio Bull*, companhia sempre animadora.

Aos amigos: *Henrique*, *Gustavo* e *Michelli*, pela generosidade em se oferecer para ajudar no desenvolvimento desde trabalho, por digitar, escanear... enfim, por aturar meu stress.

Aos meus amigos-irmãos, *Bruno Sellani* e *Cristiano Bernardes*, que tornaram minha vida em Brasília mais agradável e divertida, pelo apoio incondicional, por suportar meus papos de arquiteta até nas férias de verão, em praias nordestinas.

Aos meus amigos sergipanos que mesmo à distância, torcem por mim sempre. *Amanda*, *William*, *Wesley*, *Gilvoam* e *Ézio*. Companheiros que transpuseram o período de graduação e se tornaram amigos pra toda a vida.

À *Flávia Rochet*, minha vizinha-amiga, que, com disponibilidade providencial, se ofereceu generosamente para diagramar esse trabalho num prazo tão curto.

À arquiteta Doutora *Telma Correia Barros*, pela atenção e material enviado. Suas pesquisas foram contribuições valiosas.

À professora *Vera Lúcia França*, por escrever sobre a História de Sergipe e pelo interesse em ajudar nessa pesquisa.

A todos aqueles que ajudam a construir o conhecimento sobre o Patrimônio Arquitetônico Brasileiro.





Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender as questões relativas à construção de vilas operárias e núcleos fabris no Brasil. Para tanto utilizamos o estudo de caso da Vila Operária Santa Cruz, situada na cidade de Estância, litoral sul do estado de Sergipe. Analisou-se o período de 1891 a 1950, fase do seu surgimento e crescimento, que foi marcada pela implantação e consolidação do bairro como local de moradia dos seus operários. Foi necessária a revisão do referencial teórico e historiográfico, abrangendo o surgimento da classe operária e a situação em que ela se encontrava na Europa, e, posteriormente, ressaltando sua ligação com a história da industrialização no Brasil. Assim, foi possível compreender as peculiaridades que diferenciaram o processo de implantação industrial no Nordeste do restante do Brasil, principalmente da pioneira região Sudeste. Para completar o entendimento da Vila Operária Santa Cruz, os espaços foram estudados e caracterizados arquitetonicamente em forma de inventário, dando uma visão geral da Vila, mostrando seu valor histórico, e atentando para sua preservação.

Palavras-chave: Arquitetura – Arquitetura Industrial – Patrimônio – Sergipe.



Abstract

This work has the objective to understand questions related to the construction of working villages and manufacturing nucleus in Brazil. So we used the Laboring Village Santa Cruz's study as a case, situated in the Estância city, south coast of Sergipe state, between 1891 and 1950, period of its raising and growth, marked with the beginning of the consolidation of that city as a place where its workers started to live. The revision of the theoretical and graphic-historic referencial was necessary, enclosing the emergence of working class and its situation in Europe, and, later, standing out its linking with the history of industrialisation in Brazil. Then, it was possible to understand the peculiarities which differentiated the north-eastern industrial process implantation of the remain of Brazil, especially the Southeast region, the pioneer. Concluding the understanding of the Laboring Village Santa Cruz, the region was studied and architecturally characterised as an inventory, giving a general view of the whole village and being able to show its historical value for the preservation of it.

Key-words: Architecture – Architecture Industrial -
Patrimony - Sergipe







Índice

11	Dedicatória
13	Epígrafe
15	Agradecimentos
16	Resumo
17	Abstract
19	Sumário
21	Introdução
	Capítulo 1
29	Genealogia das Vilas Operárias
31	1.1- A Gênese da Vila Operária
61	1.2- A Gênese da Vila Operária no Brasil
	Capítulo 2
73	A Arquitetura das Vilas Operárias
74	2.1- A Vila Operária, Aspectos Urbanos e Arquitetônicos
87	2.2- Modos de Morar
92	2.3- Nomenclatura para definir os conceitos de habitação para o trabalhador
95	2.4- Nomenclatura para definir os tipos de cortiço
100	2.5- Nomenclatura para definir a habitação operária
102	2.6- Nomenclatura para definir os tipos na habitação operária
104	2.7- Os tipos na habitação operária pelo Brasil





Capítulo 3

117 Um olhar sobre o contexto regional

119 3.1 - O contexto da República Velha no Brasil

122 3.2 - O Caso do Nordeste

133 3.3 - Núcleo fabril de Pedra, Alagoas

148 3.4 - Núcleo fabril de Paulista, Pernambuco

Capítulo 4

159 O caso de Sergipe

161 4.1 - Contextualização Histórica e Sociocultural

171 4.2 - A cidade de Estância

Capítulo 5

175 O Bairro Operário Santa Cruz

177 5.1 - Uma cidade dentro da própria cidade

201 5.2 - História e Arquitetura como documentos - Acervo

257 **Conclusão**

267 **Bibliografia**





Introdução

As transformações ocorridas nas cidades, observadas e analisadas a partir do advento da Revolução Industrial, permitem visualizar uma relação significativa entre as migrações urbanas, os fenômenos de crescimento urbano-industrial e a participação tanto do Estado quanto do capital privado na tentativa de criar soluções para o problema da habitação popular. Nos países europeus, principalmente na Inglaterra, foi notória a correspondência entre a consolidação do processo de industrialização e o crescimento dos centros urbanos.

A evolução tecnológica, a procura de novas fontes de energia e a demanda de mão-de-obra levaram os estabelecimentos fabris a se deslocarem do meio rural para as cidades. Fascinados pelas oportunidades de emprego oferecidas pelo sistema fabril, os trabalhadores do campo migraram para as cidades, provocando o aumento demográfico desses aglomerados urbanos e contribuindo para a formação de uma nova classe social: o proletariado.

Em um primeiro momento, esse novo contingente populacional buscou abrigo em locais caracterizados pelas péssimas condições de higiene, acarretando, então, a disseminação de várias doenças. Estes problemas não afetaram apenas a classe operária, mas passaram a representar uma ameaça à saúde de toda a população de tais centros urbanos. A situação motivou uma série de intervenções por parte do poder público. Inicialmente a atitude dos órgãos oficiais foi o combate às epidemias e a dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos urbanos nos bairros mais carentes. Só mais tarde o Estado formulou propostas de habitação para operários. Problema que se perpetua até hoje:

“A sociedade industrial é urbana. A cidade é horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais. A sociedade industrial tem especialistas em planejamento urbano. No entanto, as criações do urbanismo são em toda parte, assim que aparecem, con-



testadas, questionadas. (...) Quisemos procurar a significação em si dos fatos, colocar em evidência as razões dos erros cometidos, a raiz das incertezas e das dúvidas levantadas hoje por qualquer nova proposta de planejamento urbano.”¹

Na segunda metade do século XIX, o avanço tecnológico modificou drasticamente o sistema de produção, a indústria e as atividades terciárias. A partir daí, algumas providências começaram a ser tomadas para resolver o problema de habitação. Com todas essas transformações em andamento, foi necessário repensar a distribuição da população nas cidades.

Como visto, atraídas pelas ofertas de emprego, as pessoas se aglomeravam em péssimas condições de habitação:

*“As carências higiênicas relativamente suportáveis no campo tornavam-se insuportáveis na cidade, pela contigüidade e o número enormíssimo de novas habitações. Enquanto cada casa tinha muito espaço à sua volta, os dejetos líquidos e sólidos podiam ser eliminados com facilidade, e as diversas atividades que se realizavam ao ar livre – criação dos animais, tráfego dos peões e dos carros, os jogos das crianças – podiam processar-se sem interferirem demasiado entre si”.*²

Para exemplificar a total falta de higiene, Frederick Engels registrou que, em Manchester, entre 1843 e 1844, uma pesquisa revelou que havia apenas um aparelho sanitário para cada grupo de 212 pessoas. A redução do custo das construções e a implantação de equipamentos urbanos, foram, entre outras, algumas das providências tomadas para reduzir os males causados pela formação da cidade industrial.

O surgimento das vilas operárias pode ser datado historicamente. A Revolução Industrial, além de provocar uma transformação nas formas de produzir, transformou os princípios da organização social humana. As novas formas de trabalho origi-

¹ CHOAY, Françoise. O Urbanismo, Utopias e Realidades. São Paulo: Perspectiva, 2000, pg. 1.

² BENÉVOLO, Leonardo. As Origens da Urbanística Moderna. Lisboa: Coleção Dimensões, Editorial Presença, 1987, pg.36.



naram novas formas de viver, de pensar e de morar. Por isso, uma breve retomada da genealogia das vilas operárias, dentro do cenário onde se processou a Revolução Industrial, é necessária para demarcar as condições históricas de seu nascimento no Brasil.

No Brasil, a transformação de uma economia baseada predominantemente no setor primário em direção ao setor secundário apresentou algumas semelhanças com o que ocorreu em nível internacional. O problema da habitação popular se agravou como consequência do processo de urbanização ocorrido na denominada “virada do século”. Tal fenômeno coincidiu com a substituição da mão-de-obra escrava pela livre, com a expansão das atividades comerciais e com o surgimento da indústria. Foi precisamente a partir do Segundo Reinado que a preocupação com a questão da moradia popular começou a fazer parte do programa de ação governamental e também da iniciativa privada, ou seja, os industriais, tendo articulação com o quadro econômico e social do país.

O objetivo geral desse trabalho é compreender as questões relativas à construção de vilas operárias e núcleos fabris no Brasil; e estudar particularmente a Vila Operária Santa Cruz, situada na cidade de Estância, litoral sul do Estado de Sergipe, no período de 1891 a 1950.

Os objetivos específicos são: Revisar o referencial teórico e histórico sobre o tema, especialmente o relacionado com o surgimento da classe operária e sua situação na Europa e no Brasil; Entender as diferenças entre o processo de implantação industrial no Nordeste e no Sudeste do Brasil, e analisar as peculiaridades desse processo no Estado de Sergipe; Resgatar a gênese da introdução das Vilas Operárias no Nordeste do Brasil; Caracterizar arquitetonicamente os espaços de Vilas Operárias do Brasil; Estudar a Vila operária Santa Cruz; Sugerir a preservação desse conjunto urbano.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro deles, intitulado **Genealogia das Vilas Operárias**, trata do cenário da Revolução Industrial na Europa e das trans-



formações dela decorrentes; resgata a gênese das vilas operárias e mostra como tais conceitos influenciaram a produção dessas moradias no Brasil. O capítulo 2, **A Arquitetura das Vilas Operárias**, comenta sobre os aspectos urbanos e arquitetônicos das vilas; mostra, também, os diversos tipos de habitação operária e as nomenclaturas mais utilizadas na literatura existente sobre habitação popular. O capítulo 3, **Um olhar sobre o contexto regional**, mostra como a industrialização se desenvolve no Nordeste, e descreve dois exemplos pioneiros de cidades nas quais industriais produziram habitação para seus operários. Trata-se da cidade de Paulista, em Pernambuco, e, Pedra – hoje chamada Delmiro Gouveia – em Alagoas. O capítulo 4, **O Estado de Sergipe**, explana sobre a região pesquisada, ao comentar sobre sua história, sua evolução sócio-cultural e industrial. Em seguida, mostra as características da cidade de Estância, onde se localiza o bairro operário Santa Cruz, alvo do nosso trabalho. O capítulo 5, **Bairro Operário Santa Cruz**, descreve o cotidiano da vila operária, explica sua configuração, mostra todos os tipos arquitetônicos ainda existentes e seus respectivos espaços públicos e, então, complementa o trabalho por meio do inventário **Conjunto Urbano Da Vila Operária Santa Cruz – Acervo da Fábrica Santa Cruz**, que documenta as tipologias encontradas.

Faz-se necessário, porém, comentar sobre as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa. O tema abordado foi estudado por diversos autores no país, como por exemplo, Eva Blay e Nabil Bonduki nas vilas operárias paulistanas, ou, os autores Telma Correia de Barros e Sérgio Leite Lopes nas vilas operárias do Nordeste, principalmente os estados de Alagoas e Pernambuco. No entanto, as vilas operárias do Estado de Sergipe ainda não foram suficientemente estudadas, sendo alvo de pouca pesquisa em trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado e teses de doutorado. Houve muita dificuldade na pesquisa do Bairro Santa Cruz por não haver bibliografia específica. Na verdade, esse é o primeiro trabalho que estuda tal região à luz da historiografia e da arquitetura. Outro fator que dificultou o trabalho foi o acesso às edificações, pois, por se tratar de propriedade par-



ticular, não foi permitido o acesso interno a todas as unidades do conjunto urbano.

A discussão sobre o tema ocorreu na Inglaterra em meados da década de 1950, época em que foi definida a expressão “arqueologia industrial”, ganhando maior vigor e atraindo a atenção pública a partir do início da década de 1960, quando importantes representantes da arquitetura fabril foram demolidos. O movimento de interesse pelo patrimônio industrial foi se ampliando, e desde então alguns países estão em processo de construção de inventários sistemáticos da sua herança industrial.

O interesse pela compreensão da industrialização e suas consequências já existe há muito tempo nas ciências sociais e econômicas. Porém, a valorização da arquitetura industrial como patrimônio foi tardia. Felizmente tal interesse vem criando força. Grandes esforços foram feitos para se definir o que é patrimônio industrial. Como estabelecer parâmetros cronológicos e elaborar registros e estudos? Como determinar “o que” e “por que” preservar? No Brasil, o tombamento pioneiro feito pelo Iphan, em 1964, foi do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó³. A iniciativa abriu caminhos para a arqueologia industrial no Brasil. No entanto, iniciativas mais sistemáticas demoraram a acontecer, sendo muito rara a tutela oficial de bens vinculados ao processo de industrialização. Trabalhos relevantes têm sido desenvolvidos aqui no Brasil, como o da “Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo”, que dedica, há tempos, esforços ao estudo, análise e preservação dos bens relacionados ao setor energético.

Arqueologia industrial é encarada na Europa como um tema particular da arqueologia. Mas no resto do mundo, mais especificamente nas antigas colônias européias, a arqueologia dos últimos séculos passados é definida como arqueologia histórica.

“Mais recentemente, esse ramo que se tem designado, de maneira ampla, de arqueologia industrial, tem se preocupado em reconstituir, a partir de elementos concretos, o espaço

³ (Processo 0727-T-64, Arquivo Noronha Santos, RJ; Cunha, 2005:107-108).



*material e humano que envolve uma sociedade. A arqueologia industrial, desta forma, não visa realizar uma história da ciência ou das técnicas, mas encontrar as circunstâncias materiais e técnicas que estão na origem de uma fabricação, da montagem de uma máquina ou da construção de um estabelecimento ou de um equipamento que marcou a vida de seus contemporâneos, e em seguida pesquisar as seqüências que esses 'acontecimentos' tiveram sobre todos os dados do ambiente de uma população ou de um grupo social."*⁴

À arqueologia industrial interessam várias áreas do conhecimento, em especial as humanas, estando ligada à antropologia, à sociologia e à história (social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades etc.) Um esforço multidisciplinar, na troca de informações, ajudaria a ampliar o conhecimento do tema, por meio de inventários, registros, pesquisas históricas, documentais e iconográficas, entrevistas, levantamentos, análises de edifícios e conjuntos e de sua transformação no decorrer do tempo, estudos dos materiais, das estruturas, das patologias impregnadas atualmente, do contexto das áreas industriais na cidade onde está situada. Enfim, é necessário um esforço conjunto das diferentes áreas para a construção desse conhecimento. Como afirma Beatriz M. Kühl:

"A industrialização teve papel fundamental na definição dos destinos de várias cidades brasileiras. Muitos dos representantes de nossa arquitetura industrial, principalmente da fase inicial, são testemunhos de um período da história de nossa arquitetura marcada pela transposição de estilos e de materiais, inserindo-se também no contexto da pré-fabricação de elementos ou de edifícios inteiros para a exportação. Existem exemplares de interesse pela sua escala, pelo cuidado na composição, pela introdução e consolidação de variados tipos arquitetônicos e pelo uso de novas

⁴ Artigo: "Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência". Beatriz Valladão Thiesen. <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=161>.

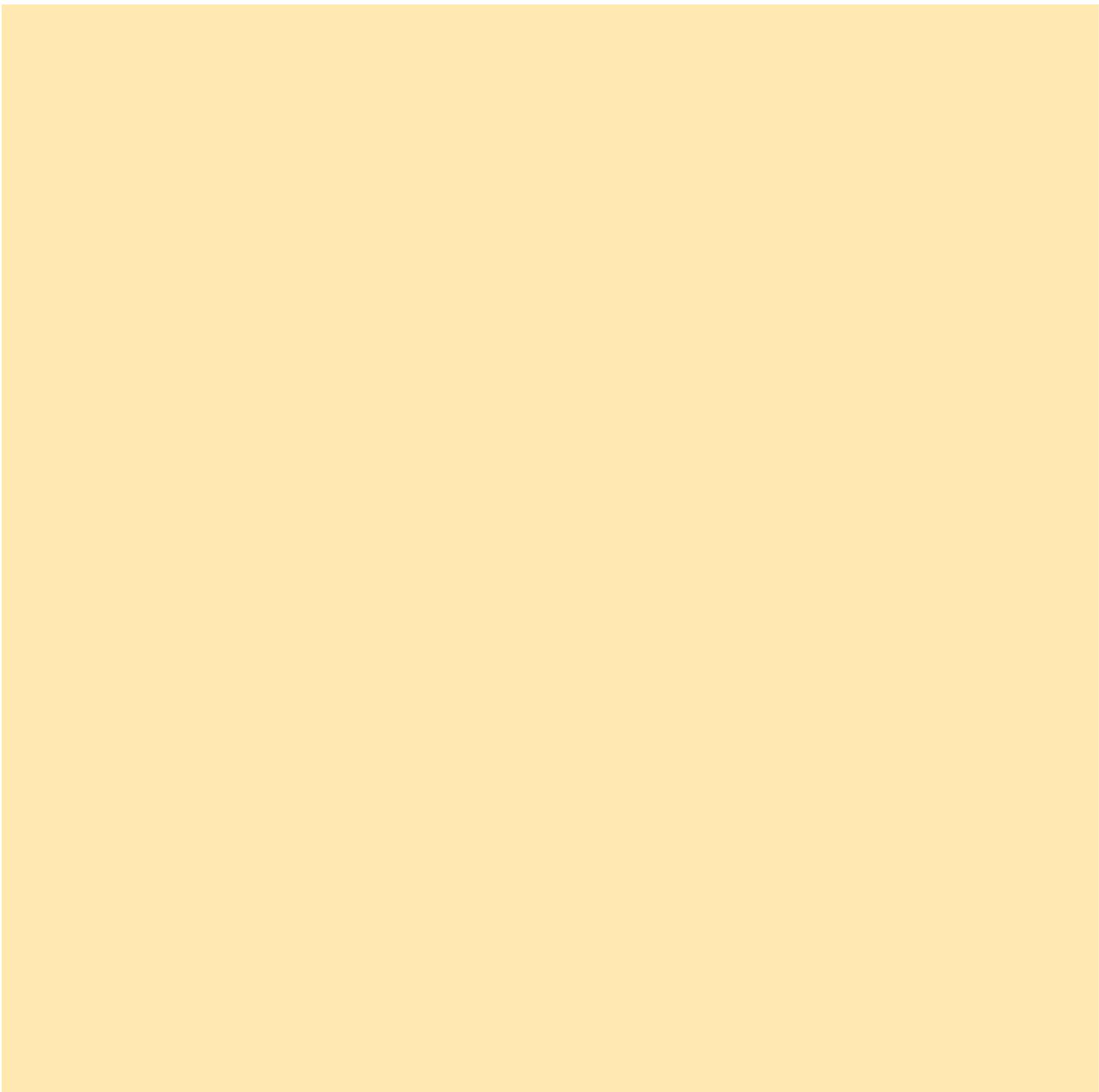


técnicas e materiais construtivos. Tiveram papel relevante na disseminação da alvenaria de tijolo e de outros materiais industrializados, tal como o ferro, sendo exemplos de racionalização que auxiliaram no estabelecimento de uma renovada praxis construtiva. Mais recentemente, foram feitos exemplares que exploraram o potencial expressivo e construtivo do concreto armado. Muitos desses edifícios não mais existem, não tendo sido poupados no processo de transformações por que passaram várias cidades, tendo como fator agravante o fato de parte deles ser de período até recentemente pouco apreciado pela historiografia da arquitetura.”⁵

No entanto, o Brasil tem diversos exemplares da arquitetura industrial pouco conhecidos e ainda sem nenhuma proteção. Assim, tendo em vista a conservação do patrimônio cultural brasileiro, o trabalho tem como **objetivo principal** mostrar que o estudo de caso analisado trata-se de um exemplo significativo do Patrimônio Industrial nacional e deve ser preservado, não apenas pelas suas características sociais e históricas que possui, mas também por suas qualidades urbanísticas e arquitetônicas.

⁵ Artigo: “Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação”. Beatriz Mugayar Kühl. <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>.







Primeiro Capítulo



Genealogia das Vilas Operárias







1.1 - A Gênese da Vila Operária

Para compreendermos plenamente o objeto de estudo do nosso trabalho – a Vila Operária Santa Cruz, em Estância – precisamos recordar alguns conceitos relacionados à história, à economia e aos pensamentos urbanos que antecederam os problemas da habitação para o trabalhador. Entre os diversos fatores que se encontram na origem do processo de industrialização, três merecem destaque especial: a chamada Revolução Comercial, a acumulação primitiva de capital e o desenvolvimento de instrumentos de produção como o tear mecânico, a máquina a vapor e a máquina de fiar.

A partir daí ocorreu o surgimento da indústria fabril, nos sécs. XVI e XVII, os nobres ingleses, apoiados pelas estruturas do absolutismo, expulsaram os camponeses de suas terras comunais e se apossaram delas, transformando-as em pastagens para criação de ovelhas. Esse processo ficou conhecido como “cercamento”, provocando uma considerável migração de mão-de-obra do campo para a cidade.

Em meados do século XVIII, com as melhorias tecnológicas, a Inglaterra estabeleceu novas condições de trabalho. Após a invenção da primeira máquina a vapor por James Watt, em 1769, o modo de produção artesanal realizado em propriedades rurais foi substituído por grandes oficinas de trabalho com máquinas, nos centros urbanos.

A Revolução Industrial fez com que ocorressem várias transformações na estrutura das cidades, como por exemplo, a redistribuição da população, o aumento dos processos migratórios campo-cidade. Em contrapartida ao progresso, as cidades industriais começaram a ter problemas relacionados à falta de higiene, de infra-estrutura e de moradia para grande parte da população.

Propostas teóricas e reais foram realizadas, respectivamente, por pensadores sociais e proprietários de indústrias. Para exemplificar, citaremos projetos de Robert Owen, Charles Fourier e Godin, elaborados pouco depois da revolução indus-



* François Choay, no livro "O Urbanismo, Utopias e Realidades", e Joseph Rykwert, no livro "A Sedução do lugar".

trial, cuja orientação principal era transformar as cidades em celeiros de mão-de-obra para as indústrias, assim melhorando a produtividade fabril. Podemos citar também o modelo de cidade-jardim de Howard, que buscava integrar cidade e campo, trazendo grandes áreas verdes para dentro das cidades.

Partimos da descrição da autora François Choay*, que divide as propostas em *progressistas* e *culturalistas*, mostrando a principal força atuante sobre o pensamento urbano. É com base na análise desta autora e em sua abordagem sobre modelos urbanos que tentaremos resumir as teorias mais importantes para o entendimento do tema deste trabalho. Usamos também o autor Joseph Rykwert*, que descreve as soluções dadas pelo setor privado influenciado por tais teorias.

A primeira evidência que chocou todos os contemporâneos da fase da Revolução Industrial foi o grande desenvolvimento urbano. O século XIX foi o tempo das "cidades tentaculares". É que o crescimento urbano está ligado à industrialização. A mobilidade da mão-de-obra é uma necessidade vital para a nova indústria que pretende especializar o trabalho, passar do *domestic system* para a aglomeração da manufatura e da fábrica, dispondo de um espaço restrito de fontes de matérias-primas e de mão-de-obra para baixar os custos. "Nada de crescimento, nem de domínio e de lucros novos, sem uma profunda reconstrução da sociedade, apoiada em uma exploração racionalizada do trabalho de todos aqueles que não possuem meios de produção modernos; as alterações sociais estão organicamente ligadas à revolução industrial." ¹

A cidade "provinciana" com sua economia tradicional, suas funções religiosas, administrativas e militares, com seus pequenos negociantes, camponeses e artesãos, deveria se render à nova estrutura urbana baseada na indústria. As cidades se expandem, infladas pelos seus novos habitantes. Londres, por exemplo, se amplia livremente:

"A vida urbana suscita logo enormes problemas. Um grande serviço de limpeza pública a manter (Londres possui 8.500 Km de ruas em 1860), iluminação a gás, depois elétrica, de

¹ RIOUX, Jean-Piere. *A Revolução Industrial, 1780-1880*. Ed. Livraria Moderna. São Paulo, 1975. Pg. 129.



esgotos para construir, de lixo para recolher, um abastecimento delicado para organizar: de água, de alimentos, de energia, de matérias-primas industriais; o canal, a usina de gás, galão, se integram - mal - na paisagem. Na balbúrdia das carruagens, os ônibus puxados por cavalos e os novos trens aumentam o atravancamento, de que Londres, uma vez ainda dá o exemplo, a tal ponto que se projetará muito cedo a construção de unia ferrovia subterrânea. Mas este urbanismo hesitante da grandeza e da utilidade desaparece quando se chega aos quarteirões populares e as construções, com seus impasses, seus caminhos lodosos, seus raros bicos de gás, suas atrozes aglomerações humanas que fornecem o pano de fundo sinistro à vida operária que descreveremos mais adiante. É que a grande cidade, malgrado sua modernização, permanece implacavelmente o reflexo da sociedade industrial que a criou. As grandes obras do centro freqüentemente expulsam os habitantes para a periferia com unia seleção cuidadosa entre ricos e pobres, através de uma curiosa segregação geográfica que dá o Oeste aos primeiros e deixa os outros se concentrarem no Leste.”²

A cidade tradicional ainda podia durante muito tempo manter a sua população de artesãos e de pequenos comerciantes. No entanto, seu pólo de crescimento passava a se o estabelecimento industrial moderno, em torno do qual se aglomerava a maioria os serviços e das habitações. A Fábrica em si, por sua originalidade e eficácia, torna-se o símbolo da revolução industrial. Os seus “mecanismos” acoplados e facilmente controláveis exerciam um fascínio sobre os industriais do período. Por meio da Fábrica a divisão do trabalho operário podia ser aplicada com sucesso, pois desligava o trabalhador do seu meio familiar, o obrigava a ser pontual, permitia uma servidão constante do operário perante a máquina.

“Enquanto isso, a população de Londres era proscrita cada vez para mais longe do centro rico, espalhando-se por con-

² RIOUX, Jean-Piere, pg. 134,135.



juntos de casinholas. Os subúrbios parisienses, por sua vez, eram formados por barracos em terrenos grilados ou blocos de apartamentos empilhados. Horizontalmente estratificadas, essas edificações ofereciam uma mistura social mais complexa que as pequenas propriedades geminadas de Londres. A gradação social e de valor do aluguel de acordo com o andar dos apartamentos foi alterada com a invenção do elevador de segurança – o primeiro deles foi instalado em Mannheim, em 1880.”³

Mas, como cresceu o mundo obreiro? Os industriais pensavam apenas em favorecer os seus investimentos, e assim submetiam os trabalhadores a uma jornada longa de trabalho e baixos salários, a mão-de-obra era abundante e sem organização. Como a oferta de mão-de-obra era extensa, o emprego era dado àqueles que aceitavam as regras da produção, como horário extensos, por exemplo.

Friedrich Engels comparou, em Manchester, a vida dos operários com a impressão de viver “no meio de um exército que retorna de campanha”. O emprego de crianças de 4 a 6 anos era freqüente e procurado, desde que elas soubessem caminhar e fossem capazes de ser adestradas para o trabalho nas máquinas. Nos tempos de crise ou de revoltas obreiras, emprego de jovens era a maneira mais segura de manter a produção e os lucros.⁴

Algumas leis foram criadas e votadas pelos parlamentos para limitar os grandes abusos. Em 1819, na Grã-Bretanha as leis proibiram o trabalho de crianças abaixo dos 9 anos nas manufaturas de algodão e reduziram a jornada de trabalho para 12 horas. Em 1831, interditaram o trabalho noturno para trabalhadores com menos de 18 anos. Em 1833, houve leis para a reduzir a 48 horas por semana a jornada de trabalho das crianças. Porém, todas as leis criadas foram pouco aplicadas.⁵

A Influência das idéias revolucionárias

O problema da habitação logo se tornou grave. O Estado

³ RYKWERT, Joseph. *A Sedução do lugar. A história e o futuro da cidade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004. Pg. 102.

⁴ RIOUX, Jean-Piere, pg. 149.

⁵ RIOUX, Jean-Piere, pg. 156-158.

precisava apoiar a construção de casas operárias para venda, e não só para aluguel. Alguns ideais da social democracia europeia influenciaram nessa atitude. Principalmente aos ideais que Engels⁶ chama de “medicina social”. Esta corrente supunha que o problema de habitação estaria resolvido na medida em que cada trabalhador fosse proprietário de sua casa. O aluguel era posto não como uma relação econômica própria do capitalismo, mas como algo eticamente injusto, que devia ser eliminado por uma questão de justiça social.

Segundo Engels: “Proudhon propunha transformar os locatários em compradores moderados; desta maneira o aluguel pago anualmente seria considerado como uma amortização sobre o valor da habitação e ao fim de certo tempo, o inquilino tornar-se-ia proprietário”. Ainda conforme Engels, a solução que Proudhon considerava revolucionária era praticada em vários países da Europa e era usada por sociedades de especuladores para ganhar dinheiro e obter vantagens políticas.⁷

A base doutrinária das revoluções dos sistemas e formas de produção surgiu na Inglaterra através de um movimento filósofo-social cujos principais expoentes foram Adam Smith (1723-1790), Jeremy Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873).

A indústria seria um sistema auto-regulador que conseguiria o equilíbrio de todos os esforços dispersos e sem conexão dos indivíduos estimulados pelos seus próprios interesses. Esta harmonia pré-ordenada, que recebeu o nome de *laissez-faire*, procurava minimizar a ação governamental. O uso utilitarista propunha a mais completa liberdade na realização de investimentos, na produção, da comercialização e do gerenciamento administrativo, entre eles a aquisição de imóveis, a construção de indústrias e a condução dos processos relativos à mão-de-obra.

Essas ideais desencadearam uma série de acontecimentos que levou a Europa em cem anos a transformar-se completamente. Como vimos, este fenômeno, que todos conhecem como Revolução Industrial, encontrou seu primeiro cenário na Inglaterra, em meados do século XVIII, e a sua base concreta de ação se deu principalmente na indústria têxtil.⁸

⁶ ENGLER, Friedrich. *A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Ed. Global, 1985. Pg. 14. Ele critica fortemente tais idéias, cuja origem seriam os trabalhos de Proudhon. Ele procura desmontar os argumentos produzidos pelos seguidores do Proudhon, sugerindo que o problema da habitação se encaixa na questão mais geral que o modo de produção capitalista. Mais especificamente, ele considerava que o ponto crucial era a oposição entre cidade e campo. A curto prazo, ele propunha “a expropriação dos proprietários atuais, pela ocupação de seus imóveis por trabalhadores sem abrigo ou incomodamente amontoados nos alojamentos; e quando o proletariado tiver tomado o poder político, esta medida exigida para o bem público será tão fácil de realizar como são as expropriações e requisição de instalações pelo Estado.

⁷ ENGLER, Frederic. Pg.12,13.

⁸ RIOUX, Jean-Pierre. Pg. 18.

O avanço tecnológico, na procura de nova fonte de energia, fez com que a manufatura têxtil tradicional abandonasse a sua base predominantemente rural e concentrasse suas instalações junto aos rios, para aproveitar a força da água. Depois, com a descoberta da máquina a vapor por Watt em 1775, começaram a se instalar perto de depósitos de carvão. As descobertas tecnológicas desencadearam a produção em massa e esta, por sua vez, exigiu a concentração das fábricas próximas dos centros urbanos da época, de onde passou a concentrar-se a mão-de-obra.

Este acontecimento deu lugar ao desenfreado crescimento das cidades industriais. No entanto, de acordo com os princípios do *laissez-faire*, tudo se estabeleceu seguindo a lei do mínimo esforço, pois considerava-se que tudo aquilo que facilitava a produção industrial era, por conseguinte, “bom para o bem estar e progresso das nações”.⁹

*“Em 1841, a Grande Londres contava com 2.500.000 habitantes, número que subiu para 3.890.000, em 1871, e 6.586.000 em 1901. Além disso, era também a cidade mais poderosa em termos financeiros, absorvendo novos habitantes tão rapidamente que, no princípio da Primeira Guerra Mundial, um quinto da população da Inglaterra e de Gales se concentrava em Londres. Porém, Londres continuava a ser uma cidade horizontal, enquanto as cidades européias começavam a se expandir para cima. A demanda por moradias se tornou voraz e insaciável. As casas haviam sido um tanto negligenciadas pelos arquitetos do passado: eram produzidas por construtores que seguiam alguma prática estabelecida. Em uma cidade fortificada, as habitações ocupavam o espaço residual entre seus dois elementos públicos, as muralhas e as instituições. Da Antiguidade ao século XVIII, os artesãos tinham suas oficinas, os mercados e mesmo os banqueiros tinham seus armazéns e escritórios, todos em suas próprias casas.”*¹⁰

Com relação à transição urbana, Lewis Mumford destaca,

⁹ FRAMPTON, Keneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000. Pg 18-21.

¹⁰ RYKWERT, Joseph. Pg. 100.



entre outras coisas, o elevado índice de crescimento demográfico e o grande deslocamento de população que ocorreu da Europa para fora, dizendo que:

*“O generalizado aumento dos números fez-se acompanhar por uma transferência dos excedentes para as cidades e por um imenso alargamento da área dos centros maiores. A urbanização aumentou quase em proporção direta à industrialização. Nos territórios recentemente abertos do planeta, originalmente povoados por acampamentos militares, postos de comércio, missões religiosas, pequenas colônias agrícolas, surgiu uma inundação de imigrantes de países que sofriam de opressão política e pobreza econômica”.*¹¹

Nas diferentes cidades os bairros operários tinham uma grande densidade, intenso aproveitamento do terreno e ausência de espaços livres e pátios. Referente às precárias condições de moradia da classe trabalhadora inglesa da época, Engels descreveu, em 1845, que:

*“As casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo, e, na maior parte dos casos, num cômodo dorme pelo menos uma família inteira. A disposição interior das casas é miserável; chega-se num certo grau à ausência total dos móveis mais indispensáveis”.*¹²

Os efeitos da Revolução Industrial, no século XIX, conduziram à revolução social. Os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e habitação. Condições mais favoráveis foram gradualmente conquistadas graças à reivindicação das *Trade Unions* e dos sindicatos. No intuito de amenizar as tensões que se acumularam desde o século anterior, a indústria assumiu diferentes alternativas, desde a fábrica “modelo”, às vilas ferroviárias e fabris.

¹¹ MUNFORD, Lewis. MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. Pg.483.

¹² ENGLES. Friedrich. Pg. 88.



Precisamos lembrar que, agregar trabalho e moradia já era uma prática anterior a esse período. Palácios toscanos e venezianos, por exemplo, com três e quatro andares são os tipos mais conhecidos de habitação em que está estabelecida e fixada a combinação de moradia e dependências de trabalho.¹³

A análise de algumas das manifestações de habitações operárias que tiveram lugar na Europa, no advento de Revolução Industrial, pode trazer uma contribuição significativa à busca da gênese da vila operária, no Estado de Sergipe. Tal afirmativa sustenta-se na idéia de que as formas do habitar operário que surgiram no Estado tem seu ponto de origem e influência nesse mesmo precedente.

O fornecimento de habitações para trabalhadores precedeu a Revolução Industrial. Mesmo que muitos historiadores tenham encontrado manifestações dessa prática nas civilizações da Antigüidade, nesse trabalho nos limitamos a fixar o ponto de partida no período pré-industrial.

Os socialistas utópicos

O pensamento socialista foi primeiramente formulado por Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). As idéias dos chamados socialistas utópicos que se distinguiram, de uma maneira geral, por propor certas mudanças desejáveis que buscavam alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. O "socialismo utópico" pode ser definido como um conjunto de idéias que se caracterizavam pela crítica ao capitalismo e buscavam ao mesmo tempo, a igualdade entre os indivíduos.

Suas principais idéias eram :

- Crítica ao liberalismo econômico, principalmente à livre concorrência;
- Formação de comunidades auto-suficientes;
- Organização de um sistema de cooperativas de trabalhadores

¹³ RYKWERT, Joseph. Pg. 100.



que negociariam, entre si, a troca de bens e serviços;
- Atuação do Estado que, através da centralização da economia, evitaria os abusos típicos do capitalismo.

A cidade industrial

A cidade industrial, entre outras características, é marcada pelo fato de concentrar mais população que suas antecessoras. Tal inchaço ocorreu em decorrência da implantação das fábricas, da ausência de planejamento do desenvolvimento urbano e, no caso particular da Inglaterra, da apropriação das terras campestres com o apoio da monarquia, o que expulsou a população rural de seu meio e os forçou a tentar a vida nas cidades.

As indústrias, por sua vez, buscavam se estabelecer nas proximidades das cidades mais populosas, assim garantindo um estoque de mão-de-obra de baixo custo. Ocupavam espaços antes considerados “vazios”, ou seja, campos verdes ou matas.

Naturalmente, as condições de vida da população que outrora vivia no campo decaíram; antes cercados por verde, ar puro e água limpa, os novos cidadãos agora viviam amontoados em cortiços, cercados por ratos, porcos, doenças e dejetos. Segundo Mumford ¹⁴, atirar restos nas ruas nessas cidades, era o método regular de despejo:

“Os restos ali ficavam, por mais fedorentos e imundos, até que o acúmulo induzisse alguém a levá-los embora para servir de esterco.(...) As privadas, de uma imundície indescritível, ficavam geralmente no porão; era também prática comum ter chiqueiros debaixo das casas, e os porcos voltaram a invadir as ruas, como não faziam havia séculos, nas cidades maiores. Havia mesmo uma terrível falta de retretes: o ‘Relatório sobre o estado das grandes cidades e dos distritos populosos’ (1845) informa que em uma parte de Manchester, em 1843-44, as necessidades de mais de 7000 habitantes eram atendidas apenas por 33 privadas – ou seja, um retrete para cada 212 pessoas (...) tal imundície

¹⁴ MUNFORD, Lewis. p. 587.



e tal congestionamento, maus por si mesmos, trouxeram outras desgraças: os ratos que conduziam a peste bubônica, os percevejos que infestavam as camas, as moscas que visitavam imparcialmente a privada do porão e o leite das crianças. Mais ainda, a combinação de quartos escuros e paredes úmidas formava um meio de cultura quase ideal para bactérias, especialmente porque os quartos congestionados proporcionavam as possibilidades máximas de transmissão, através da respiração e do contato.”

Continuando sua descrição sobre a situação da falta de higiene nas cidades, Mumford ¹⁵ afirma que:

“Se a ausência de encanamentos e de higiene municipal criava um mau cheiro insuportável nesses novos bairros urbanos, e se a propagação de excrementos expostos, juntamente com a sua infiltração nos poços locais, significava uma propagação correspondente da febre tifóide, a falta de água era ainda mais sinistra, porque afastava por completo a possibilidade de limpeza doméstica ou de higiene pessoal. (...) As casas costumavam ser construídas bem junto das usinas siderúrgicas, fábricas de tintas, gasômetros ou cortes ferroviários. Era muito freqüente serem construídas em terras cheias de cinzas, vidros quebrados e restos, onde nem mesmo a grama podia deitar raízes; podiam estar ao pé de uma pirâmide de detritos ou junto de uma enorme pilha permanente de carvão e escória; dia após dia, o mau cheiro dos dejetos, o negro vômito das chaminés e o ruído das máquinas martelantes ou rechinantes acompanhavam a rotina doméstica.”

Diante de tais afirmações, observamos que a burguesia podia ter uma casa fora da cidade industrial, e essas condições impulsionaram o pensamento dos urbanistas do período.

¹⁵ MUNFORD, Lewis p. 585-588.



O surgimento do proletariado e do socialismo

Enquanto a burguesia tinha em mãos a possibilidade de fugir das cidades para o campo, as classes baixas eram obrigadas a viver as difíceis condições da então cidade industrial. Os operários trabalhavam por horas a fio em condições degradantes, sem higiene ou segurança, por salários que mal eram capazes de suprir suas necessidades básicas.

Como consequência da opressão nas fábricas e da condição de vida nas cidades, surgiram as teorias socialistas e comunistas, que vieram para criticar o modelo vigente naquele período. Karl Marx (1818 – 1883), discípulo ideológico de Georg W. Friedrich Hegel (1770-1829), o principal teórico dessa época, difundiu suas idéias pela Europa, e o proletariado se agitava contra os regimes ainda vigentes:

“[O mundo burguês] impiedosamente quebrou os fortes laços feudais que uniam o homem a seus superiores naturais, e não deixou nenhum outro vínculo entre os homens, a não ser o puro interesse pessoal e o insensível ‘pagamento em espécie’. Ele afogou os mais divinos êxtases de fervor religioso, de entusiasmo nobre, de sentimento filisteu, na congelada água do cálculo egoísta. Transformou o valor pessoal em valor de troca, e em lugar das inumeráveis e inquebrantáveis liberdades ergueu uma simples e inescrupulosa liberdade – a liberdade de comércio. Seria com o intuito de melhor atender as necessidades desta camada social que alguns dos mais importantes pensadores urbanos do período desenvolveriam seus modelos.”¹⁶

Com a intenção de atender às necessidades dessa nova classe trabalhadora, os pensadores urbanos procuraram resolver tais problemas desenvolvendo seus modelos urbanos, como veremos.

¹⁶ MARX, Karl. *Manifesto comunista*. São Paulo: Bomtempo, 1998.





Uma rua em Londres. Gravura de Gustave Doré documentando a falta de espaço nas construções.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058>.

Principais modelos urbanos

Após a revolução industrial, as cidades européias passaram a concentrar população e a ter o céu poluído pela fumaça das fábricas. Nestas circunstâncias, o modelo de vida das pessoas mudou radicalmente para pior e em muito pouco tempo; famílias que tiravam o sustento do campo e do artesanato, em casas individuais e rodeadas de vegetação, passaram a viver concentradas em cortiços coletivos, tendo como vizinhos ratos e esgotos a céu aberto.

A transformação no modelo habitacional era apenas uma das mudanças no estilo de vida dessas pessoas; a outra se referia aos seus locais de trabalho. Antes trabalhavam ao ar livre, e nesse momento estavam trancados nas fábricas, por até 14 horas ou mais, ao dia, executando serviços braçais de força e risco à saúde.

Tantas mudanças em tão pouco tempo estimularam intelectuais a criar novos modelos urbanos e sociais. Estes intelectuais se dividiam, entre aqueles que estavam interessados em criar cidades racionais – criando espaços apropriados para as novas concentrações populacionais, para o funcionamento das fábricas, para a produção agrícola, etc – e os que acreditavam que a solução para os problemas urbanos de então consistia em tornar a cidade mais parecida com o campo. François Choay¹⁷ classifica a primeira destas vertentes como ‘pré-urbanismo progressista’ e a segunda como ‘pré-urbanismo culturalista’.¹⁸

Pré-urbanismo progressista

Os pré-urbanistas progressistas, como Robert Owen (1771 – 1858), Charles Fourier (1772 – 1837), Jean-Baptiste Godin (1817 – 1888), Etienne Cabet (1788 – 1856), Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865) e Benjamin Ward Richardson (1828 – 1896), propunham formas a seu ver mais racionais de organização da cidade, criticando a imensa cidade industrial por alienar a população. O desejo deles era resolver o problema da grande concen-

¹⁷ CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, Utopias e Realidades*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

¹⁸ Choay, como já vimos, classifica a primeira destas vertentes como ‘pré-urbanismo progressista’ e a segunda como ‘pré-urbanismo culturalista’. Descreveremos resumidamente cada uma delas.



tração populacional da nova cidade por meio da otimização do seu funcionamento, usando a técnica e o raciocínio influenciados pela idéia do progresso.

Tais modelos foram em grande parte associados a idéias marxistas constituindo uma base para este pensamento. Marx atribuiu a invenção do 'comunismo utópico' a Cabet, que desenvolveu a visão de um socialismo de Estado na *Voyage em Icarie* (1840), que ele afirmava ser "uma descrição da organização social e política da comunidade, um tratado científico e filosófico".¹⁹ Owen ficou conhecido como um dos que mais se destacou entre os reformistas sociais de sua época.

No entanto, para Godin, a distribuição igualitária da luz, da água e do ar seria o símbolo do progresso. O verde ofereceria um quadro para os momentos de lazer, sendo consagrado à jardinagem e à educação do corpo.

Após mostrar as principais características deste conjunto, faremos uma breve descrição de cada modelo, começando pelo primeiro dos pré-urbanistas progressistas: o socialista utópico Robert Owen.

Robert Owen

Em meados de 1825, Owen projetou "núcleos ou associações-modelo contendo de 500 a 2.000 habitantes alojados em construções apropriadas para produzir e conservar uma variedade de produtos e para dar às crianças uma educação adequada." ²⁰ Ele fazia uma previsão que cada um desses núcleos iria se sustentar, se governar e ocuparia todos os seus moradores.

Seu modelo previa cidades quadriculadas em que cada quadrado poderia receber 1.200 pessoas e seria rodeado de 1.000 a 1.500 acres de terreno. Cada quadrilátero teria um grande edifício que serviria de alojamento para os cidadãos da cidade. Nestes as crianças seriam separadas dos pais aos três anos de idade e seriam criadas pela comunidade. Ao redor dos quadrados haveria jardins e após estes, as áreas industriais. Owen previa aumentar em mais de dez vezes a força e o poder político do país em que tal modelo fosse adotado.

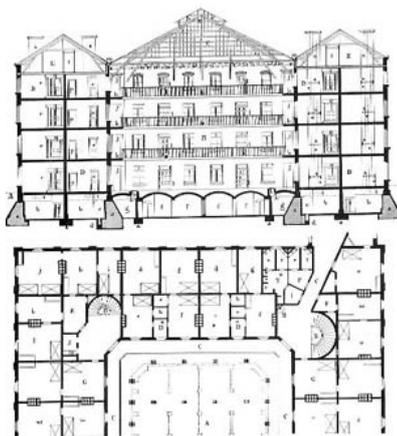


Cidade industrial de Robert Owen.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Harmonia, acessado em 25/04/07.

¹⁹ CHOAY 2000, pg. 87.

²⁰ CHOAY, 2000, pg. 63.

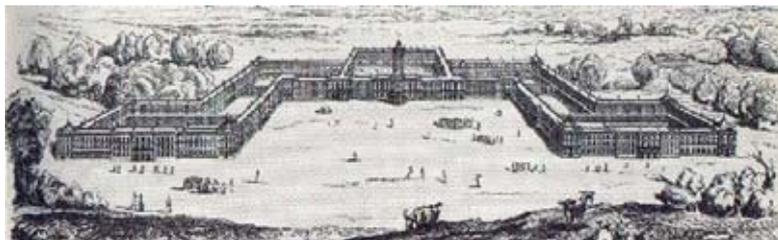




Projeto do edifício do familistério. <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/godin/godin.htm> acessado em 20/04/07.

Charles Fourier

Fourier começou a publicar suas idéias no diário *Le Phalantère* ou *la reforme industrielle*, de 1832, que em 1836 se transformou no *Phalange* - o modelo mais detalhado do pré-urbanismo progressista. Esta seria constituída por três anéis concêntricos; no primeiro anel haveria a cidade central, com um grande edifício residencial - o falanstério, cercado por um segundo anel que conteria as grandes fábricas, por sua vez circundado por um terceiro anel no qual ficaria o subúrbio. Os espaços vazios aumentariam em tamanho do primeiro até o terceiro anel. A obrigatoriedade de amplos vazios faria com que a população vivesse agrupada em edifícios para até 100 famílias. Por sua vez, os espaços livres teriam as funções primordiais de higienização urbana e amenidade estética.



Falanstério de Fourier.
Fonte: <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/fourier/fourier05b.jpg> acessado em 25/04/07

Jean-Baptiste Godin

Seguindo o modelo do falanstério, Godin fundou o Familistério de Guise, sua construção teve início em 1859, em 1866 as obras foram concluídas e o prédio foi todo habitado. O prédio principal existe ainda hoje. O que o diferenciava do original eram duas características fundamentais: o empreendimento produtivo seria de caráter estritamente industrial, e não mais agrícola-industrial como em Owen e Fourier, e à toda família residente seria concedido um alojamento autônomo, como foi feito posteriormente nos projetos de vilas operárias.

Familistério por dentro (id.). Fonte : biblioteca Wikipédia, acesso em 20/04/07.





Renunciava-se assim à vida comunitária prevista por Fourier, mantendo, no entanto, as vantagens asseguradas pelos serviços comuns. Ao redor do familistério, também conhecido como 'palácio social'²¹, jardins e passeios concorreriam para dar livre acesso ao ar e à luz. No projeto de Godin a jardinagem faria, inclusive, parte da educação das crianças, que ajudariam a manter os jardins da cidade. As indústrias dispor-se-iam em local afastado da área do palácio social.

Etienne Cabet

Cabet, influenciado por Owen e Fourier, dedicou especial atenção ao tema da higiene e salubridade em sua cidade modelo *Icaria*, idealizada em 1839, prevendo a localização de cemitérios, fábricas e hospitais nas margens da cidade, limpeza diária das ruas e canais subterrâneos de águas servidas. Previa também, uma praça arborizada no centro da cidade, que abrigaria um palácio com soberbos jardins elevados e uma estátua colossal que dominaria a todos os edifícios. Em volta desta praça haveria outras praças dispersas por toda a cidade. Todas as ruas seriam retas e largas; os bairros representariam cada uma das sessenta principais cidades do globo, reproduzindo inclusive sua arquitetura.

Dentro de tais bairros, as ruas se dividiriam de forma uniforme até mesmo quanto ao número de casas e edifícios; as casas também seriam uniformes, apenas três modelos-padrão. Inclusive a mobília seria idêntica para todas as famílias – otimizando sua fabricação – justificando a associação dos urbanistas deste período a utopistas.



Familistério Restaurado.

Fonte: PAQUOT,Thierry. *Habiter L'utopie Lê Familistère Godin À Guise*. Ed. De la villette. 2003.



Livro publicado por Cabet e difundido pela Europa, com suas teorias.

Fonte: E. Cabet, *Voyage en Icarie*, Paris, 1840, in G.M. Bravo, *Le origini del socialismo contemporaneo 1789/1848*, p. 48.

Proposta de desenho da Icaria.

Fonte: <http://www.clio.unige.it/utopia1/icaria.htm>.



²¹ PAQUOT,Thierry. *Habiter L'utopie Lê Familistère Godin À Guise*. Ed. De la villette. 2003.



Pierre-Joseph Proudhon

Trabalhando de modo diferente dos anteriores temos Proudhon, que embora tenha escrito sobre as cidades, não chegou a elaborar um modelo urbano. A maioria das suas teorias foi desenvolvida entre 1840 e 1861, entre muitos livros, estão o seu ensaio *Qu'est-ce que la propriété?*, onde afirma que "a propriedade é o roubo" e o livro *Les confessions d'un révolutionnaire*, que, entre outras coisas, diz que "a anarquia é a ordem".

Ele está incluído entre os pré-urbanistas progressistas porque seu trabalho se baseava em suas idéias: a luta para promover uma forma global de existência moderna; a necessidade de uma racionalização do meio de comportamento e o papel da indústria na nova cidade.

Proudhon condenava o excesso de obras de arte nas cidades europeias – especialmente em Paris – que serviriam para ocultar a verdadeira miséria e alienação em que vivia a população:

*"Nós apertamos o cinto, e na falta do que comer, nos alimentamos com espetáculos!(...)Daria o museu do Louvre (...) em troca de uma casinha (...) no centro de um terreno de um décimo de hectare onde eu teria água, sombra, grama e silêncio. Se me ocorresse colocar lá dentro uma estátua não seria um Júpiter nem um Apolo: não saberia o que fazer com estes senhores; nem vistas de Londres, de Roma, de Constantinopla ou de Veneza. Deus me livre de morar nestas cidades! Colocaria o que me falta: a montanha, o vinhedo, o prado, as cabras, as vacas, os carneiros (...)."*²²

Apesar de alinhado ao pensamento progressista, Proudhon valorizava o meio natural, partilhando em parte idéias culturalistas; curiosamente, via na natureza valores além do estético, higiênico ou organizador de espaços; via a natureza como necessária ao bem-estar.

²² CHOAY, 2000, pg. 98.



Benjamin Ward Richardson

Para Benjamin Ward Richardson, médico, o aspecto urbano mais relevante seria a manutenção da higiene urbana como forma de evitar a propagação de doenças – seu modelo de cidade ideal se chamaria Hygeia.

Tal objetivo seria alcançado por meio das tipologias de casas, pois não deveriam ser muito altas para evitar sombreamento das demais e os edifícios não deveriam ultrapassar quatro andares. Com relação às ruas:

*“A superfície de nossa cidade permite o estabelecimento de duas ruas principais ou bulevares que vão de leste a oeste e constituem as principais vias de comunicação. As ruas norte-sul, que cortam as principais vias de circulação em ângulo reto, e as ruas secundárias, paralelas a estas, são todas bem largas e, devido à baixa altura das casas, são perfeitamente ventiladas e bem ensolaradas. Têm árvores dos dois lados. Todos os espaços intermediários dos fundos das casas são jardins.”*²³

Pré-urbanismo culturalista

Os culturalistas, segundo Choay, eram tomados pela nostalgia. O saudosismo da vida bucólica e das cidades medievais aliada à vontade de tornar a cidade mais parecida com o campo. Tal movimento não contou com nenhum representante francês, concentrando-se na Inglaterra, palco do paisagismo naturalista em voga na época e uma das fontes de inspiração culturalista.

Eles se opunham frontalmente ao rigor geométrico proposto pelos progressistas: *“Dêem uma volta em torno de seus monumentos edinburgheses... tabuleiros, mais tabuleiros, sempre tabuleiros, um deserto de tabuleiros... esses tabuleiros não são prisões para o corpo, mas sepulturas para a alma”*²⁴ ou *“os falanstérios de Fourier e todas as coisas do gênero não implicam nada além de um refúgio contra a pior indigência.”*²⁵



Proposta para Hygeia.
Fonte: <http://www.geocities.com/pensamentobr/2geo027.htm>.

²³ CHOAY, 2000, pg. 100.

²⁴ CHOAY, 2000, p. 13.

²⁵ CHOAY, 2000, p. 12.



Os pré-urbanistas culturalistas manifestavam um anti-industrialismo, acreditando que a produção não deveria ser encarada em termos de rendimento, mas do ponto de vista de sua relação com o harmonioso dos indivíduos, que gozariam de uma vida feliz e plena de prazeres.²⁶ Dentre os principais seguidores desta tendência pode-se apontar John Ruskin (1819 – 1900) e William Morris (1834-1896).

John Ruskin

Ruskin criticava o exagero da repetição de elementos arquitetônicos encontrados nas cidades européias, afirmando que os clientes pedem dos arquitetos sempre a mesma coisa e ainda esperam se surpreender com o resultado. Ele se inspirava na natureza para condenar a igualdade e a repetição na arquitetura – *“os brotos do freixo terminam em quatro hastes verdes, com folhas; vistas de cima, têm a forma de uma cruz. (Porém) duas hastes opostas só têm cinco folhas, enquanto as outras duas têm sete; (...) é a essa assimetria que a árvore deve toda a sua graça, todo o seu encanto”*²⁷ – pregando a diversidade de elementos construtivos.

Ruskin valorizava ao extremo a arquitetura medieval defendendo que a glória de um edifício residiria em sua idade, e, portanto, conservar monumentos do passado não seria simples questão de conveniência, mas de obrigação para com as gerações passadas e futuras. Suas idéias também influenciaram muito os conceitos de conservação e restauro, dizia que *“A única influência que pode substituir a dos bosques e dos prados é a força da antiga arquitetura. Não se separem dela por consideração para com a regularidade da praça, a alameda arborizada, a bela rua ou o grande cais. Não é disso que uma cidade irá orgulhar-se.”*²⁸

William Morris

Morris foi um dos fundadores do movimento socialista na Inglaterra. Também ajudou a fundar o Movimento das Artes e Ofícios britânico e é mais conhecido como designer de papéis de

²⁶ CHOAY, 2000, p. 14.

²⁷ CHOAY, 2000, p. 124.

²⁸ CHOAY, 2000, p. 127.



parede, tecidos padronizados e livros, além de escritor de poesia e ficção. Nasceu em Walthamstow, próximo a Londres. Sua família era rica, e ele foi para a Oxford (Faculdade de Exeter), onde se tornou influenciado por John Ruskin.

“A relação entre o pensamento libertário e a obra literária e filosófica de William Morris, inscreve-se na encruzilhada que liga o ideário racional do século XIX às tradições utópicas que vinham se desenvolvendo desde o crepúsculo do século XVI com Thomas Morus. O livro de Morris, “News from Nowhere”, não é a visão de um epígono, tentando, através da re-edição de uma idéia, preservar a essência do pensamento dos que o precederam. Mas sim, um pensamento harmônico com o seu tempo e em diálogo constante com as questões concretas produzidas a partir de sensações e ansiedades únicas de uma época. O ideal morrisiano, embora aparentemente avesso a “modernidade”, é sintoma desta. Reação de um espírito inquieto e voltado para o projeto utópico legítimo aos homens que, embora pertençam a um determinado tempo, colocam sua sensibilidade ao serviço abnegado de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.”²⁹

A vida de Morris é bastante elucidativa em relação aos significados de sua obra. As posições que assumiu dentro da Liga Socialista na Inglaterra e sua visão de mundo, o colocavam em distinta oposição às teses do socialismo tradicional.

Primeiras respostas e realizações do setor privado

Na prática, os modelos do pré-urbanismo realizaram de forma concreta poucas das suas aspirações. A maioria de desestruturou rapidamente devido ao caráter repressivo de sua organização e à falta de conexão com a realidade sócio-econômica da sua época. No entanto, a partir de agora veremos as principais realizações promovidos pelos proprietários de indústrias, ou



Vista da Fuggerei.
Fonte: <http://www.jlittlewood.com/pictures/deutschland/pix.htm>.

²⁹ WOODCOCK, George. O Anarquismo. Lisboa, Ed. Meridiano, 1971. p.23.





Richard Arkwright e as Moradias para trabalhadores em Cromford, Inglaterra.
Fonte: <http://www.vatbuiltheritage.org.uk>.

mesmo pelo Estado, exemplos de solução para habitação operária que merecem destaque, pois funcionaram e foram precursores das vilas operárias que se desenvolveram no século XIX.

Vejam alguns exemplos que antecederam o período da Revolução Industrial. Voltando um pouco no tempo, por exemplo, em meados do século XVI a **família Fugger** – os poderosos financistas de Augsburg – construiu parte da cidade com casas para os seus empregados. A pioneira *Fuggerei de Augsburg*, na Alemanha, apesar de ter sido construída num período distante da Revolução Industrial, a Fuggerei representou um marco no que diz respeito a prover habitação às famílias de baixa renda. Era uma construção no meio da cidade, toda fechada por muros, e o acesso era através de portões que eram fechados à noite. Havia 52 casas, uma administração e uma capela.

Grande parte dos primeiros industriais não se preocupava com o tipo de habitação que era construída para os seus trabalhadores. Porém, o oleiro Josiah Wedgwood construiu uma residência para si mesmo cercada por casas para os seus empregados em Etruria, nos arredores de Burslem, Staffordshire, entre 1769 e 1770; outro proprietário de moinhos, Richard Arkwright, contruiu moradias para os seus empregados em Cromford, Derbyshire. São dois exemplos pioneiros e excepcionais, dignos de nota.

Em Glamorgan, em Merthyr Tydfil – a maior cidade galesa de meados do século XVIII –, a família Guest financiou a construção de casas geminadas nas proximidades de sua fundição, bem semelhante à de Robert Owen em Nova Lanark, porém, bem mais modestas e sem programa reformista algum. Infelizmente, a poluição provocada pela mina e pela fundição era tamanha que, após cerca de uma década, a propriedade foi abandonada e tentativas de fornecer residências “padronizadas” tiveram que aguardar outro século. Tais esforços eram insignificantes se comparados com o número imenso de cortiços que vinham sendo construídos por todo o país.³⁰

A primeira legislação inglesa de saúde pública, que tentou regulamentar a rede de esgotos e o fornecimento de água, foi

³⁰ RYKWERT, Joseph, pg. 106.



introduzida apenas em 1848, graças à pressão orquestrada por um funcionário público, Edwin Chadwick. Como as autoridades se mostrassem negligentes em sua aplicação, foram necessárias várias décadas de ação do Parlamento e de governos locais antes que surtisse algum efeito.³¹ Com relação ao esforço de Chadwick, Rykwert afirma que:

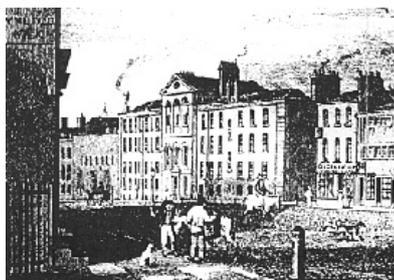
“Nesse ínterim, o sétimo conde de Shaftesbury – um contemporâneo de Chadwick, o qual também havia sido um incansável proponente de uma legislação que limitasse as horas diárias de trabalho nas fábricas e proibisse o trabalho infantil – havia posto em ação a “Sociedade para Construção de Moradias-Modelo” para patrocinar algumas delas em 1846/47. Mesmo assim, Shaftesbury sensibilizou o príncipe consorte Alberto, o qual, contrariando conselhos do governo, envolveu-se no movimento em favor de melhores condições de trabalho e moradia. Ele já havia construído habitações para trabalhadores nas propriedades reais e, por ocasião da grande exposição de 1851, fez erigir algumas “casas-modelo”, sem grande expressão arquitetônica, mas à prova de incêndio e com esgotos adequados, perto do Palácio de Cristal. Seu projetista, Henry Roberts, trabalhou como supervisor de obras na Sociedade para Melhoria das Condições das Classes Trabalhadoras, a primeira das várias organizações de igual finalidade, a qual construiu um conjunto em Clerkenwell, em terras que lhe foram oferecidas por um preço inferior ao de mercado. Em sociedade com o Lorde Shaftesbury, Roberts alcançou fama por ter vencido um concurso. A sua atuação e o seu primeiro livro, As Moradias das Classes Trabalhadoras (1850), advogavam prédios de vários andares como a única forma adequada para habitações de baixa renda. O livro foi avidamente lido em toda a Europa. Por volta dessa mesma época, o filantropo americano George Peabody, que havia se estabelecido em Londres, fundou uma sociedade semelhante, embora tenha empregado um arquiteto menos famoso, Henry Darbishire.”



Conde de Shaftesbury e Moradias de Shaftesbury. Fonte: <http://www.anglik.net/shaftesbury.htm>.

³¹ RYKWERT, Joseph, pg. 107.





Conjunto em Clerkenwell .
 Fonte: <http://www.anglik.net/shaftesbury.htm>.



Ferdinando IV de Nápoles. Fonte: http://www.ilportaledelsud.org/don_carlos.htm.

³² RYKWERT, Joseph , pg. 112.

Podemos concluir que, tanto Roberts como Darbshire foram os primeiros arquitetos a considerar a habitação popular como um problema profissional central, que podemos afirmar como um avanço na profissão. Muitos outros arquitetos se inspiraram neles, e, após perceberam que os novos tipos de moradia não podiam ostentar nenhum dos velhos uniformes estilísticos, as habitações organizadas horizontalmente passaram a ser aceitas até mesmo pela classe média inglesa, mesmo que, a princípio, relutante.

Em fins do século XVIII, nos primórdios da industrialização, alguns poderosos importantes haviam dado início à construção de habitações pré-industriais. Ferdinando IV de Nápoles fundou uma cidade, San Leucio, localizada ao norte do imenso palácio em Caserta - construído em 1786 por seu pai, Carlos III - para abrigar uma tecelagem de seda, a qual foi organizada como um tipo de fábrica constituída por pequenas casas. ³²

Outro empreendimento, um dos mais notáveis, foi a "real" fábrica de ferro e vidro em Le Creusot, na Borgonha. Como o local era muito isolado, foi necessário incluir habitações para os trabalhadores em um edifício de múltiplos usos. Sabe-se que:

Tecelagem de San Leucio, Itália. Fonte: <http://www.napoliontheroad.it/agora22/testi/paganosanleucio.htm>.





“Depois da Revolução, a fábrica passou por vários proprietários e transformações. Os Irmãos Schneider, que a compraram em 1836, consideraram inadequados os seus apartamentos superpovoados, uma vez que eram um convite à formação de sindicatos, e decidiram que os barracões “vinculados” em que vivia a maioria dos trabalhadores poderiam ser pelo menos complementados com casas geminadas.”³³

Também podemos mencionar o caso das Salinas Reais Francesas. A mais significativa de todas foi edificada em *Arc-et-Senans* (Chaux/França), pelo arquiteto Claude-Nicola-Ledoux, entre 1775 e 1780. *“As salinas reais em Arc-et-Senans, não muito longe de Besançon, ofereciam habitações vinculadas para seus empregados. Os apartamentos para os trabalhadores estavam agrupados em vários edifícios, e os dormitórios distribuídos em torno de um pavilhão com cozinha, sala de jantar e serviços comunitários.”³⁴*

Nessa salina, a habitação fez parte do programa original. Observando a planta geral das salinas reais de *Arc-et-Senans*, notamos o rigoroso e geométrico esquema compositivo que reflete a estrutura hierárquica dessa organização. No projeto, foram previstos, também, equipamentos de serviço de uso coletivo, tais como sala de reuniões e de jogos, hospital e escola. Fato interessante tal modernidade, pois equipamentos e serviços coletivos viriam a se tornar freqüentes somente no século XIX.

“Conjunto modelo” (1849-1853), erguido pelo Cel. Edward Akroyd, para os trabalhadores de um moinho na Inglaterra. Arquiteto: George Gilbert Scott.
Fonte : <http://www.calderdale.gov.uk>.



Fábrica de ferro e vidro Le Creusot, Borgonha, França. Fonte: <http://webpublic.ac-dijon.fr/pedago/histgeo/Bourgogne/DocBourg/DiapoCreusot/edcLeCreusot.htm>.



Arc-et-Senans (Chaux/França). Fonte: http://museum.agropolis.fr/english/pages/expos/aliments/sucre_sel/images/arcetsenans.htm visitado em 24/04/2007.

³³ RYKWERT, Joseph, pg. 113.

³⁴ RYKWERT, Joseph, pg. 114.





Fábrica ao redor da cidade-modelo Saltaire, Inglaterra. Projetada por Lockwood & Mawson.

Fonte: <http://www.heritagecouncil.ie/publications/portlaw/critical.html>.



Port Sunlight (1887), Inglaterra.

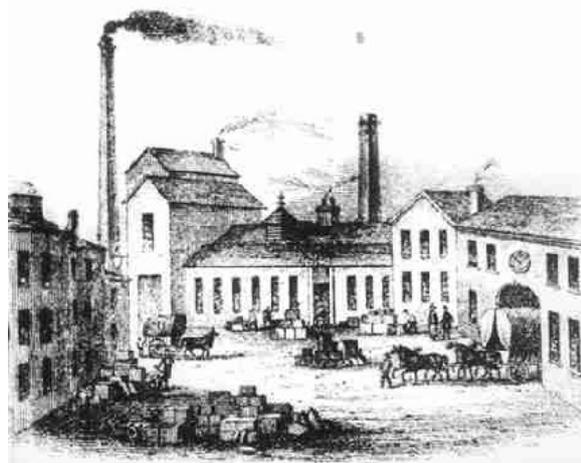
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq042/arq042_02.asp.

³⁵ RYKWERT, Joseph. pg. 114.

Havia na Inglaterra, em meados do século XIX, uma nova safra de casas vinculadas, entre elas um “conjunto-modelo” pioneiro de habitações para os trabalhadores de um moinho, com biblioteca e escola, construído entre 1849 e 1853 em Copley, perto de Halifax, idealizado pelo coronel Edward Akroyd, um fabricante de lã. Ele contratou George Gilbert Scott, que havia estudado com Henry Roberts, para dar um “caráter de aldeia” à praça em torno da qual as pequenas casas com telhados de duas águas haviam sido construídas.³⁵

Nesse mesmo período, em 1851, Sir Titus Salt, um inventor e industrial de grande sucesso e de origem humilde,

“transferiu sua tecelagem de fios de mohair e alpaca de Bradford para outro local e, incentivado pelo relato de Disraeli, construiu gradualmente ao redor dela uma cidade-modelo, Saltaire. Embora a estrutura da fábrica tivesse sido projetada pelo famoso engenheiro Sir William Fairbairn, em colaboração com George Stephenson, o projeto de seu exterior e do conjunto habitacional com traçado ortogonal de Saltaire foi feito de fato por um escritório de Leeds, a Lockwood & Mawson, que se orientou por modelos arquitetônicos de



Fábrica de chocolates Cadbury, Inglaterra.

Fonte: <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/REcadbury.htm>.



gosto italiano, valorizados por edifícios públicos.”³⁶

Em 1888, e a cerca de um quilômetro e meio de Copley, William Hesketh Lever – um comerciante bem-sucedido – fundou Port Sunlight, situado às margens do rio Mersey e não muito distante de Liverpool; também foi o fundador da primeira cátedra de planejamento e desenho urbano, na Universidade de Liverpool. Poucos anos depois, a fábrica de chocolate Cadbury construiu Bournville, nos arredores de Birmingham.³⁷

Já nos Estados Unidos, situação evoluiu de forma diferente. A primeira tecelagem de algodão americana movida por força hidráulica foi fundada em 1814 por Francis Cabot Lowell, em Waltham, Massachusetts, junto ao Rio Charles. Como não havia, na região, um número suficiente de trabalhadores rurais sem terras ou um albergue para pobres, os trabalhadores têxteis – na grande maioria mulheres – tiveram que ser atraídos pelas condições de trabalho.

“Os salários eram razoáveis, e os operários foram alojados em grandes pensionatos com condições de salubridade relativamente boas. A cidade de Lowell iria servir de modelo para muitas outras cidades operárias construídas junto a tecelagens movidas por força hidráulica: Chicopee Falls e Holyoke em Massachusetts, Manchester em Nova Hampshire.”³⁸

A maioria dos industriais que ofereciam habitações vinculadas aos empregados impunha condições muito mais severas. O mais conhecido deles, George Pullman, o fabricante dos “vagões sala-de-estar”, importou o arquiteto Solon Beman para construir sua residência e uma vila “vinculada” nas proximidades que recebeu seu nome e incluía, além de uma escola e um parque, equipamentos pouco usuais, como biblioteca e teatro, igrejas, centro esportivo e hotel.³⁹

Pullman era inflexível, pois os seus trabalhadores não podiam se sindicalizar nem tinham contratos de aluguel de suas



Vila “Pullaman”, projetada por Solon Beman, EUA. Fonte: http://www.chipublib.org/003cpl/hf/pullman_g19.html.

³⁶ RYKWERT, Joseph. pg. 115.

³⁷ RYKWERT, Joseph. pg.115.

³⁸ RYKWERT, Joseph, pg.115.

³⁹ RYKWERT, Joseph, pg.116.



casas, podendo ser despejados com um aviso prévio de dez dias. Tal atitude também serviu de modelo para o tratamento dos industriais para com o operariado, inclusive no Brasil.

Enfim, nos Estados Unidos, as cidades de companhias continuaram a ser construídas até pelo menos 1914, e,

*“não apenas para os siderúrgicos de Bethlehem, antiga cidade da Irmandade Moraviana próxima de Pittsburgh, como também para os operários de fabricantes de artigos de borracha, como Firestone Park e Goodyear Heights, em Ohio. “Uma mão-de-obra abrigada é uma mão-de-obra controlada” era uma convicção compartilhada por muitos industriais. Mas os industriais queriam se precaver contra potenciais conflitos e, cada vez mais, até o mais controlador deles preferia apoiar planos habitacionais mais ou menos cooperativos ou fornecer subsídios para os seus empregados.”*⁴⁰

As medidas oficiais

Mas foi só a partir da segunda metade do século XIX que o Estado teve uma participação mais efetiva no encaminhamento de soluções para o problema da habitação operária. As autoridades inglesas criaram várias comissões para estudar o surgimento de doenças e epidemias causadas pela aglomeração urbana .

Na Inglaterra, tais comissões deram suporte a uma nova legislação sobre a condição das grandes cidades, que foi criada em 1833, pela “Poor Law Commission”. A intenção das autoridades era o de chamar a atenção da sociedade sobre a necessidade de melhorar as habitações da classe operária, porém, inicialmente houve pouco acordo. Mas, a “Sociedade para a Melhoria das Condições da Classe Operária”, como já vimos, sob inspiração de Chadwick, patrocinou a construção dos primeiros apartamentos para operários em Londres, no ano de 1844.

Na França, em 1802, com a fundação dos conselhos de

⁴⁰ RYKWERT, Joseph ,pg.117.



higiene, os médicos adquiriram poder administrativo. Em 1829, com a publicação dos *Annales d'hygiène publique et de la médecine légale*, estruturou-se uma nova ideologia com relação ao problema da higiene pública e passou a ser consenso que saúde física e saúde moral eram problemas a serem tratados em conjunto.

Com base nas lições deixadas pela revolução de 1848 e com o propósito de atender as reivindicações populares, foi desencadeada uma série de medidas paternalistas e sociais. Durante o exílio, Napoleão Bonaparte visitou o primeiro edifício de habitação coletiva para operários, construído em 1847 na Street-ham Street no Bloomsbury, em Londres.

Em 16 de Novembro de 1849, uma comissão nomeada pelo Presidente da República visitou a Inglaterra. Entre 1850 e 1851, por ordem do Presidente da República, o livro de Henry Roberts, intitulado "As Habitações das Classes Operárias", foi traduzido em francês, publicado e distribuído às instituições sociais e patronais respectivas. Durante esse período, em 1849, foi constituída a *Société des Ouvriers de Paris*, com o propósito de criação das Vilas Operárias.

A primeira realização dessa comissão foi a *Cité de la rue Rochechouart* nº 58, batizada, mais tarde, de *Cité Napoléon*. A iniciativa, denominada de *Cité de la rue Rochechouart*, foi o marco inicial de uma longa trajetória francesa na execução de edificações para dar abrigo à classe operária.



Interior da Cité Napoléon,
Fonte: <http://napoleontrois.free.fr/site/index.php?2006/06/01/153-l-empereur-de-la-vie-quotidienne>.



Streetham Street
Fonte: <http://www.workhouses.org.uk/index.html?model/model.shtml>.



Streetham Street
Fonte: <http://www.workhouses.org.uk/index.html?model/model.shtml>.



Cité Napoléon, vista geral.
Fonte: <http://antimuseum.online.fr/peintures/riviere/index.html>.





Vista das Cites Ouvrières.

Fonte: http://www.crdp-strasbourg.fr/archi_pat/articles/DT3_archi_indus01.php.

As Cites Ouvrières

No período de governo de Louis-Napoléon Bonaparte, na cidade de Mulhouse - na região do Alto Reno, França - um industrial chamado André Koechlin construiu uma Vila Operária entre os anos de 1835 e 1836. O projeto foi idealizado pelo arquiteto Emile Muller, era composto por 36 grupos de 04 casas cada. Tal iniciativa tornar-se-ia o pontapé inicial de uma seqüência de intervenções que existiria até o século XX, o conjunto ficou conhecido como Cité Ouvrière de Mulhouse. *"(...)a Société des Cités Ouvrières, a qual estabeleceu um padrão para a habitação operária na França tendo por base casas unifamiliares a serem postas à venda a uma taxa hipotecária extremamente baixa, ainda que com a exigência do pagamento de uma entrada."*⁴¹

A experiência dessa vila operária se transformou num marco de referência para os empresários e industriais europeus, que tinham problemas em alojar seus trabalhadores. A partir daí surgiram muitas outras iniciativas semelhantes, tanto em diferentes regiões da França como em outros países.

Na *Cité Ouvrière* francesa de Mulhouse havia convivência comunitária, por meio do uso dos mesmos espaços e equipamentos, como hospitais, parques, escolas, salão de festas, entre outros. Podemos então estabelecer uma referência ao nosso caso de estudo, o bairro operário Santa Cruz, pois seus operários moravam em vilas próximas ao seu local de trabalho e compartilhavam equipamentos comunitários e espaços de uso comum.

O Cottage System

O chamado Cottage, era o modo de perfilar casas, encontrado nos grandes estabelecimentos agrícolas do interior da Inglaterra. No ambiente fabril, a necessidade de reter mão-de-obra qualificada por períodos de tempo mais prolongados fez com que as novas construções precisavam ser mais duráveis. Entretanto, a transferência do ambiente rural para urbano, aparentemente, trouxe uma sensível degradação da qualidade do espaço, devido à densidade de ocupação.

⁴¹ RYKWERT, Joseph ,pg.118.



Segundo Friedrich Engels (1820 – 1895), em 1845, todas as grandes cidades possuíam esses “bairros de má reputação”, os quais eram

*“organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com porões habitados e quase sempre irregularmente construídas. Estas pequenas casas de três ou quatro cômodos, e uma cozinha, chama-se cottage e constituíam vulgarmente em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, as habitações da classe operária. Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. Além disso, a ventilação torna-se difícil pela má e confusa construção de todo o bairro e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. De resto, nas ruas, quando há bom tempo, estende-se varais de uma casa a outra, onde se pendura a roupa úmida”.*⁴²

É por meio dessa mesma descrição pormenorizada dos *cottages*, realizada por Engels, que se pode distinguir, ao longo do tempo, uma evolução na forma de habitação. Tempos depois, foi adotada uma outra estratégia para a construção dos *cottages*. A princípio, cada casa era construída isoladamente. Porém, passaram a ser construídas em maior número, por um só construtor, encarregado de uma ou várias ruas. Ou seja, como medida econômica, para otimizar o espaço, em alguns lotes eles diminuía a qualidade da ventilação e iluminação necessárias. Esta nova estratégia imposta ao *cottage* determinava uma certa hierarquia ao conjunto. Sobre esse mesmo objeto, Engels acrescenta que:

⁴² ENGLÉS. Friedrich, pg. 38.





“uma das fachadas compreende as casas de primeira categoria que têm a sorte de possuir uma porta e um pequeno pátio e que corresponde ao aluguel mais alto. Por trás das paredes destas casas, há uma estreita ruela, a rua dos fundos (back street), fechada de ambos os lados e cujo acesso é feito lateralmente por um estreito caminho ou por uma passagem coberta. As casas que dão para esta ruela pagam o aluguel mais baixo, e são as mais descuidadas. As suas paredes de trás são comuns as da terceira fila de casas que dão para o lado oposto da rua, e correspondem a um aluguel mais baixo que a primeira mas maior que a segunda.”⁴³

A construção de habitações unifamiliares isoladas próximas à fábrica, o *Cottage System*, trouxe benefícios tanto para os empresários quanto para os operários. Engels analisa esse sistema como vantajoso para o empresário, pois podia ser utilizado como elemento de controle se houvesse algum ponto de tensão entre eles. Por outro lado, esse fenômeno também significou um salto qualitativo para as condições da moradia operária, sendo comparada com os porões e hospedarias coletivas onde os operários se amontoavam uns sobre os outros.

⁴³ ENGLÉS. Friedrich, pg. 68.





1.2 - A Gênese da Vila Operária no Brasil

A história das vilas operárias no Brasil desenvolveu-se principalmente a partir da chegada das estradas de ferro e com a instalação das primeiras indústrias no País. As vilas, construídas no final do século XIX e começo do século XX, eram controladas pelos industriais, que delas eram proprietários e assim mantinham seus empregados sob determinada custódia.

Na opinião da professora da Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas, Maria Cristina da Silva Schicchi, uma das responsáveis pela disciplina Estudos Sócio-Econômicos da Arquitetura e Urbanismo, a formação das vilas tinha segundas intenções. “Foi o primeiro tipo de segregação oficializada”, comenta. Incentivados pelo governo a construir as vilas em troca de redução dos impostos os industriais não titubeavam. Além das vilas construídas pelos patrões, as cidades do início do século também abrigavam, nas regiões de periferia, bairros populares. Estes, eram formados, em sua maioria, por casas construídas pelos próprios operários e cortiços.

“Foi nas residências, no entanto, que a questão dos programas de necessidades apresentou facetas interessantes e de grande importância sociológica, além, evidentemente, de arquitetônica, pois que a cidade tomou nova fisionomia e outras dimensões através de seus recentes bairros residenciais. Agora, com o café e a crescente indústria, as moradias já recebem nova classificação. A expressão “casa operária”, por exemplo, incorporou-se ao linguajar comum e designa oficialmente a morada modesta de poucas dependências, mas perfeitamente enquadrada nos critérios de composição arquitetônica que os novos materiais permitiam dentro das lições construtivas dos imigrantes. Mesmos critérios que também regeram a construção de outro programa inédito: o cortiço.”⁴⁴

⁴⁴ LEMOS. Carlos. Alvenaria Burguesa. Ed. Nobel. São Paulo. 1989. pg 55,56.



No que diz respeito a manifestações oficiais frente ao problema da moradia popular, no Brasil, as construções operárias tiveram características semelhantes às realizadas na Europa. Aqui, as primeiras iniciativas partiram do setor privado, por meio da construção de casas de aluguel e criação de cortiços, até o surgimento das primeiras vilas operárias que atenuaram a demanda de habitação. A legislação se pronunciaria somente na virada do século e o Estado só irá assumir um papel mais efetivo, no gerenciamento do problema, a partir da implantação da Fundação Nacional da Casa Popular, em 1946, já no fim do Estado Novo.

Moradia popular e expansão urbana

O Brasil no final do século XIX aumentou consideravelmente sua produção industrial. Fazia-se necessária à ampliação da produção de bens manufaturados, pois a população crescia e o consumo aumentava. Com a mudança do trabalho escravo para o trabalho assalariado, ocorreu a mudança das relações de produção, adicionada com o declínio da sociedade agrícola e o início da formação da burguesia urbano-industrial, o espaço urbano sofreu mudanças, pois precisou se adaptar ao novo contingente humano (o trabalhador urbano-industrial).

A industrialização teve seu desenvolvimento principalmente em São Paulo, e posteriormente, no Rio de Janeiro, Minas e Bahia. A classe operária brasileira cresceu extraordinariamente. Em sua composição, pelo menos até os anos 1920, predominava o operário de origem estrangeira, principalmente o italiano, o português e o espanhol, concentrados no Centro-Sul do país. No Nordeste o trabalhador de origem estrangeira era raro. Apesar da composição heterogênea que poderia dificultar sua organização, a classe operária era solidária e unida em suas lutas reivindicatórias.

O processo de industrialização contribuiu para o crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras. Atraídos pela oferta de empregos, os imigrantes estrangeiros e a população

rural chegavam às principais capitais do país. A cidade de São Paulo, por exemplo, entre 1836 e 1934 teve uma explosão populacional, desencadeando, em 1900, sua primeira crise habitacional: 168% no aumento da população.

Crescimento populacional do município de São Paulo de 1836 a 1934 ⁴⁵:

Ano	População	Incremento Percentual
1836	21.933	
1872	31.385	43
1886	47.697	52
1890	64.934	36
1900	239.820	168
1920	579.033	141
1934	1.060.120	83

Com esse inchaço populacional e a falta de espaço habitacional para absorver esse novo contingente, começam a surgir os problemas com a habitação popular. A cidade expandiu-se em todas as direções, com o loteamento de chácaras e abertura de novos bairros. A pequena cidade de 1870, que podia ser percorrida a pé, ao receber milhares de novos moradores, passou a necessitar urgentemente de transporte público, saneamento, abastecimento e habitação.

Nesse cenário foi que surgiu a solução imediata para resolver, mesmo que precariamente, o problema da habitação: **os cortiços** (palavra que significa a casa das abelhas, os alvéolos repetidos se comparam ao aglomerado de cubículos para moradia). Detalharemos suas variações tipológicas no capítulo 2.

Encontramos até na literatura brasileira a denuncia da situação de moradia das classes de baixa renda. Aluizio Azevedo descreve por várias vezes na sua obra "O Cortiço", as condições dessas habitações:

⁴⁵ Fontes: 1836 – Muller, Mar. D. P., 1923; 1872 a 1970 – Daniel J. Hogan, 1972, apud Berlinck M., 1975, p.50; 1980 – Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos. Emplasa. A Grande São Paulo Hoje. 1982, p. 27. apud Eva Blay, quadro 1, pg. 10.

“Por toda a miséria daquele quarto sórdido; pelas paredes imundas, pelo chão elameado de poeira e sebo, nos tetos funebremente velados pelas teias de aranha, estrelavam pontos luminosos que se iam transformando em gão-cruzes, em hábitos e veneras de toda a ordem e espécie.(...) Ali perto, o colchão velho, já roto e destripado, os moveis desconjuntados e sem verniz, as trouxas de molambos úteis, as loucas ordinárias e sujas de usos, tinham, tudo amontoado e sem ordem, um ar indecoroso de interior de quarto de dormir, devassado em flagrante intimidade.”⁴⁶

Eles se tornaram a forma predominante de habitação no início do século XX. As cidades tinham a característica de não serem segregadas, os bairros residenciais eram mistos, havia casarões onde morava a burguesia e bem próximo localizavam-se os cortiços.

“Habitações coletivas, em imóveis com pouca ou nenhuma conservação, de idade média de construção elevada que proliferam nas áreas centrais... viver significa morarem várias pessoas em cubículos (cômodos minúsculos), que têm várias funções: dormitório, cozinha, refeitório, etc. Os banheiros, chuveiros, tanques e pias são coletivos. O congestionamento das unidades e dos cômodos é a constante. As filas para o banho, banheiro e limpeza, tudo tem que passar ‘co-habitação’ forçada.”⁴⁷

O fato de os cortiços estarem localizados em áreas centrais provocava mal-estar nas classes mais abastadas, pois a burguesia se preocupava com o saneamento, e a proximidade dos cortiços favorecia a proliferação de doenças entre as diferentes classes sociais.

“O processo de expansão das cidades leva gradativamente à incorporação de novas áreas, à criação de novos centros, ao aparecimento das zonas ditas deterioradas e à modificação

⁴⁶ AZEVEDO, Aluizio. *O Cortiço*. Ed. Ática, São Paulo, 1994. pg. 103,107 (Texto original escrito em 1890).

⁴⁷ RODRIGUES, Arlete Moysés, *Moradia nas Cidades Brasileiras*, 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990, pg. 46.



de uso dos imóveis. Assim, os cortiços situados nessas áreas estão instaladas em imóveis que não foram construídos para abrigar esta parcela da população. Na verdade, a maioria são antigos casarões unifamiliares em que a própria lógica da ocupação e de mudança da cidade e na cidade é alterada".⁴⁸

Os cortiços estavam em edifícios antigos, com pouco valor, porém, seu terreno era valioso. Enquanto esses terrenos estavam em processo de valorização, a área continuava a ser utilizada como cortiço. Porém, quando o imóvel era comprado, o cortiço era demolido e a população, removida para áreas mais periféricas.

A burguesia tentava impedir os cortiços com incentivos à produção de "casas higiênicas" e impondo limites à construção dos mesmos. Se as habitações populares, como o cortiço, não representassem perigo às condições sanitárias da cidade, provavelmente nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações sobre esse tipo de habitação e as soluções para melhorá-las, nos chegaram através dos técnicos contratados pela elite, preocupados com a saúde pública.

Os programas habitacionais passaram, pela primeira vez, a fazer parte das cogitações legais e começou-se a legislar sobre as dimensões mínimas dos cômodos, por exemplo. Porém, em vários estados brasileiros, não é difícil dominar completamente a situação, principalmente no que tange às áreas fragmentadas por loteamentos, muitas vezes sem estarem adequadas às condições topográficas. Posteriormente, vieram os loteamentos das velhas chácaras, que propiciaram o crescimento extensivo da cidade. Também chegou a vez do loteamento das grandes áreas abandonadas - por serem improdutivas e insalubres - tais glebas, de modo geral, acompanhavam a direção das estradas de ferro e dos rios. Como por exemplo, em São Paulo, o traçado sinuoso de rios como o Tietê e o Tamanduateí.⁴⁹

Os terrenos próximos das fábricas mais importantes, que sempre estavam situadas ao lado dos desvios ferroviários, pas-

⁴⁸ RODRIGUES, Arlete, pg. 47.

⁴⁹ LEMOS. Carlos. *Alvenaria Burguesa*. Ed. Nobel. São Paulo. 1989. pg 57.



saram a ser disputados. As estações de pequeno porte da linha férrea tornaram-se pólos de atração, originando o centro de pequenos núcleos comerciais. As estradas de ferro, então, tornaram-se também, meios de transporte coletivo urbano, muito usado pelos operários.

O Código Sanitário de março de 1894, trata precisamente da higiene das habitações, e, mais tarde, a Lei Municipal 498, de 14.12.1900, dizem textualmente que as vilas operárias “deverão” ser estabelecidas “fora da aglomeração urbana”.⁵⁰

“Parece que, no começo, cada um construía o que pudesse, da forma que quisesse e muito argentário tratou de fazer verdadeiros cubículos em série, destinados aos pobres imigrantes recém-chegados da Europa ou interior, depois de fracassados contratos de parceria nas fazendas de café. Assim, os programas de habitação popular eram extremamente variados, indo dos cortiços às casas de três, quatro ou cinco cômodos, até chegarem às vizinhanças da programação de classe média(...) É sumamente interessante a verificação de como as casas velhas foram, aos poucos, sendo adaptadas, ou substituídas, em função de outras expectativas advindas de novos conceitos, hábitos, nova maneira de morar.”⁵¹

A construção de tais casas higiênicas se tornou um negócio bem lucrativo, pois havia acordos entre os industriais e as companhias de saneamento, pois o governo concedia facilidades tais como a isenção de impostos.

*“Considerando que poderiam propiciar a contaminação e a disseminação de epidemias – doenças físicas e morais – dizia-se que eram lugares que propiciavam a deformação do caráter do trabalhador e que proprietários gananciosos exploravam as misérias do povo”.*⁵²

O problema da habitação popular no fim do século XIX estava atrelado aos primeiros indícios da segregação espacial nas novas cidades brasileiras.

⁵⁰ Desde o começo, sempre houve a preocupação das construções ditas “operárias” fora do perímetro urbano – indústrias, operários, imigrantes e estradas de ferro eram assuntos para serem tratados fora da “cidade”, e “cidade” naquele tempo não passava do perímetro histórico mas a “cidade nova”, ou a paróquia de Santa Efigênia. Idem, pg 58.

⁵¹ LEMOS, Carlos, pg. 59.

⁵² RODRIGUES, Arlete, pg. 55.



*"Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionou inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo às elites áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos".*⁵³

Esses incentivos não surgiram meramente pela preocupação com a classe trabalhadora. A burguesia se assustou com a crise da mão-de-obra, que se formou mediante os baixos salários pagos e as péssimas condições de vida, fazendo com que a classe trabalhadora se articulasse em organizações sindicais de movimentos operários. *"Com a Vila Operária se tornaria mais fácil disciplinar a classe trabalhadora, rebelde, abrindo caminho para a realização da utopia burguesa de fabricação de uma classe trabalhadora desejada, combinando imperativos econômicos e políticos."*⁵⁴

As Vilas tinham a intenção de disciplinar a classe trabalhadora, *"permitia controlar a economia interna do trabalhador e o seu próprio tempo fora da esfera do trabalho, usando a vila como um disciplinante, delimitando em que a classe trabalhadora pode circular"*.⁵⁵

Desta forma, estando a vila operária e a fábrica no controle de um único agente, o dia-a-dia do operariado fora da fábrica era apenas uma extensão do regime rígido do seu horário de trabalho. Além do mais, a proximidade da mão-de-obra assegurava a assiduidade e a pontualidade, era um estado de permanente prontidão ao industrial.

A explosão demográfica nas grandes cidades brasileiras fez com que o mercado imobiliário se tornasse atraente, com altas taxas de lucro. Os industriais, fazendeiros e outros que tinham condições financeiras propícias investiam na construção de casas para aluguel. *"... estas iniciativas individuais começaram a se juntar a outras, na forma de mútuas, isto é, companhias de capital aberto que reúnem acionistas a fim de investir na*

⁵³ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998, pg. 20.

⁵⁴ RAGO, Margareth. *Do Cabaret ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890 – 1930*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994, pg. 177.

⁵⁵RAGO, Margareth, pg. 178.



*construção de casas para aluguel e que muitas vezes as constroem na forma de vilas".*⁵⁶

As Vilas Operárias se caracterizam, em sua maioria em dois tipos: **o primeiro tipo** de vila foi construído pelos industriais, com o intuito de alugar as casas para os seus operários, na tentativa de atrair a mão-de-obra com alguma qualificação e suprir a falta de moradia, principalmente por essas fábricas serem mais afastadas dos centros urbanos. **O segundo tipo** é formado pelas vilas construídas por empresas, companhias de construção ou um único empreendedor, as chamadas vilas do setor privado. A intenção era alugar aos trabalhadores mais qualificados.

*"As vilas operárias... perduram na paisagem, marcam a moradia, tem um papel na lógica da urbanização e um sentido nos processos de reajustamento das relações de produção... Há vilas de todos os tamanhos e de variada estruturação interna, comportando desde uma rua apenas até várias ruas, jardins, praça de esportes e outros bens de uso coletivo (...) Quando a moradia na casa da vila é constituída de um aluguel pago ao patrão, esse fato pode interferir nas relações de produção, pois a vila constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força... ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca".*⁵⁷

As vilas operárias foram construídas também para reduzir o custo da reprodução da força de trabalho. *"Segundo Marx, o salário é o 'custo de produção da própria força de trabalho... é o custo necessário para conservar o operário como tal e para formar um operário."*⁵⁸ A dominação que o industrial exercia no operário, no caso das vilas, é dupla, pois além do poder do patrão, ele tinha o poder de proprietário sobre inquilino.

A moradia na vila operária fazia com que o industrial tivesse total controle sobre o operário na sua vida social da fábrica. A perda do emprego significava a perda da moradia, e isso inibia greves e rebeliões. *"Desde o primeiro momento a casa representa uma forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego".*⁵⁹

⁵⁶ BLAY, Eva Alterman. *Eu Não Tenho Onde Morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo*, São Paulo: Nobel, 1985, pg. 1.

⁵⁷ BLAY, Eva. pg. 7 – 11.

⁵⁸ BLAY, Eva. pg. 13.

⁵⁹ BLAY, Eva, pg. 53.



A falta de moradia era um problema tão grave que o operariado se submetia aos maus tratos para poder oferecer um teto à sua família. *“Reflexões de Engels... demonstram que a casa constitui um vínculo do trabalhador com a terra, que o escraviza, o torna devoto e respeitoso... perde o seu espírito revolucionário, perde sua capacidade de exigir melhores salários”.*⁶⁰

A localização das fábricas nas áreas periféricas da cidade e a implantação das vilas operárias ao lado dessas fábricas contribuíram para o surgimento de vários núcleos urbanos numa mesma cidade fazendo com que esta crescesse e preenchesse os vazios urbanos entre o centro e a periferia (onde se localizavam as vilas). *“Quando o Estado organiza uma política de imigração, é ele que está ativamente induzindo a formação da força de trabalho. Estrutura-se uma divisão social do trabalho em que o Estado, viabilizando o investimento de capital, atua para a formação da força de trabalho”.*⁶¹

O crescimento das cidades e da população induziu o Estado a se posicionar com relação ao problema da habitação popular. *“... entender a habitação é situá-la enquanto atividade social de produção e de consumo... este processo de produção, enquanto processo de valorização do capital, explica em parte a intervenção do Estado no setor”.*⁶²

Segundo Eva Blay,

*“saúde, especulação imobiliária e vazios urbanos são os três problemas que o governo pretende solucionar ao propor o incentivo à construção das vilas operárias (...) O Estado propõe mudanças e facilita as condições para construção de vilas, promete melhoria no transporte... o que a câmara pretende é atrair o capital privado, induzindo-o a investir em habitações operárias... o poder municipal pretendia oferecer isenções e estímulos que garantissem uma elevada taxa de lucro... abrindo mão de impostos...”*⁶³

Foram criados alguns códigos de postura e higiene a serem seguidos, porém, ao observar esses códigos percebemos que o principal interesse era afastar os cortiços e casas operárias do perímetro urbano, deixando-os longe das casas e do comércio da burguesia. Posteriormente foram dadas regras para construção ou melhoria de habitação popular.

⁶⁰ BLAY, Eva, pg. 17.

⁶¹ BLAY, Eva, pg. 27.

⁶² BLAY, Eva, pg. 20.

⁶³ BLAY, Eva, pg. 75-77.



Casa operária e legislação municipal

Apesar das confusões iniciais relativas à fiscalização municipal das construções populares autônomas – por terem sido erguidas em ruas mal-abertas e sem critérios de iluminação e ventilação, as casas de variados tamanhos, isoladas ou agrupadas, erguidas segundo as necessidades e possibilidades de seus humildes proprietários, em sua grande maioria constituída de imigrantes de outras regiões do país e estrangeiros – a Prefeitura, aos poucos, foi controlando aos poucos a situação.

A Câmara Municipal de São Paulo, promulgou o Código de 1886, depois de algumas resoluções esporádicas sobre a repartição e altura do interior das habitações. Naquele regulamento, o Capítulo VI, tratou de normas referentes a “Cortiços, Casas de Operários e Cubículos”, onde, dentre dezessete variados itens, podemos ver que tais construções deveriam possuir recuo frontal que garantisse 30m² livres.

Tal exigência do recuo não existia para os lotes dentro do “perímetro urbano”, parecendo ser facultativa a criação do jardim frontal. Aquele código ainda exigia uma torneira ou um poço de água, para tanque de lavar roupas, atendendo cada grupo de seis casas. Deveria haver uma latrina para cada duas habitações. As casas térreas deveriam ter 4,00m de pé direito, sendo tolerados 3,50m de altura para os pavimentos assobradados. Cada habitação deveria possuir, pelo menos três cômodos, todos com abertura para o exterior, “de modo que disponham amplamente de ar e luz”. Os soalhos seriam necessariamente afastados 0,50m do solo, devido à umidade emanada pelo lençol freático, e a área mínima de cada dependência seria 10,00m².⁶⁴

“Talvez essas dependências comunitárias fossem aceitas somente em agrupamento de moradias levantadas por capitalistas, grupos com o número máximo de seis casas, como era costume exigir-se. Com o tempo, o número mínimo de três dependências por residência passou a caracterizar a casa operária embora nem sempre cada uma delas tivesse os

⁶⁴ LEMOS. Carlos. pg.65,66.



exigidos 10,00m2. A lei 498, de 14.12.1900, catorze anos depois do primeiro código, ainda estipulava aquela regra de três cômodos, mas já obrigou uma latrina para cada moradia, em qualquer hipótese. O recuo de frente continuava obrigatório.”⁶⁵

Os programas mínimos dessas habitações era, portanto, uma imposição de ordem econômica. Existia superposição de funções ou de atividades domésticas devido à óbvia falta de espaço apropriado.

“Os raios do sol haviam sido descobertos como poderosos bactericidas através de seu agente ultravioleta e o então Serviço Sanitário, por meio de seu Código de 1911, já não só exigia rigor no afastamento da umidade emanada do solo, precaução já antiga, como também recomendava nas condições de saneamento que a orientação dos edifícios devesse “visar, sempre que possível, a sua proteção contra os ventos úmidos” e fosse tal que assegurasse “uma insolação de 3 a 4 horas por dia, no mínimo”.⁶⁶

Muitos autores, como vimos, deram uma valiosa contribuição para o conhecimento sobre a questão da habitação popular, inseridos no contexto histórico, econômico e político. Porém, observa-se que os estudos mais frequentes sobre as vilas operárias, tanto em âmbito nacional como no regional, inserem seu olhar crítico à luz da história e da sociologia, e deixam de lado, por vezes, aspectos específicos relacionados à sua arquitetura e configuração urbana. Nesse trabalho, desejamos dar uma parcela de contribuição na construção desse conhecimento ao observar as vilas operárias também pela ótica da arquitetura.

⁶⁵ LEMOS. Carlos pg. 66.

⁶⁶ LEMOS. Carlos,pg. 83.







Segundo Capítulo

A Arquitetura das Vilas Operárias



Pretendemos nesse capítulo comentar sobre os aspectos urbanos e arquitetônicos das vilas e, também, mostrar os diversos tipos de habitação operária e as nomenclaturas mais usadas na literatura existente sobre habitação popular.

2.1 - A Vila Operária, Aspectos Urbanos e Arquitetônicos

Os horrores das habitações da classe trabalhadora podem parecer óbvios atualmente, mas as ações para mudar essas condições foram incrivelmente lentas. As massas populares sempre foram de pouco interesse para engenheiros e arquitetos. No fim do século XIII e na primeira metade do século XIX, os proprietários de cortiços pouco se importavam com projetos arquitetônicos. Na Europa, queriam apenas que os seus empreiteiros realizassem a coisa mais simples possível: uma versão simplificada das casas em estilo georgiano, geminadas e de alvenaria. Edifícios públicos, como igrejas ou escolas, não faziam parte dos “conjuntos” habitacionais em série e eram implantados posteriormente, como resultado da benevolência de algum particular ou da intervenção institucional.¹

Para compreendermos melhor a configuração espacial das vilas operárias, precisamos conhecer os conceitos e filosofias influenciaram na concepção arquitetônica e urbanística da disposição das vilas e dos seus espaços de convívio social. É necessário entender de onde surgiram os elementos de controle e dominação traduzidos na conformação do espaço das vilas operárias.

A Vila operária, uma materialidade conceitual

O modo de produção capitalista, sustenta-se nos dois pilares da dominação do capital sobre o trabalho:

- 1- A propriedade dos meios de produção e;
- 2- O controle real sobre o processo de produção.

¹ RYKWERT, Joseph. Pg. 107.



Tais princípios existentes no ambiente de produção ultrapassaram os portões da fábrica e se refletiram nas atividades extra-fabris dos operários de maneira que, a figura da “empresa” também se fazia presente e recriava a sua forma de dominação e controle.

O Brighton Labour Process Group ², ao analisar o processo de trabalho capitalista, identificou três características básicas na organização do mesmo. São elas:

- (a) a divisão entre trabalho intelectual e manual;
- (b) a fragmentação/desqualificação do trabalho;
- (c) o controle hierárquico.

Uma primeira característica da noção de desqualificação é a substituição da relação antes existente entre trabalhador/ferramenta pela relação trabalhador/máquina. Em última instância, significava a substituição do artesão pelo operador de máquina.

A hierarquia é significativa no sistema de produção capitalista. Através do estabelecimento das relações de poder, são regulados os princípios de classificação por intermédio da conservação ou mudança do grau de isolamento que separava uma categoria da outra.

Foi por intermédio da definição de um critério de disciplina que o capital definiu regras no processo de produção, podendo alocar tarefas, impor velocidades e punir a má qualidade do trabalho.

“A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia”.³

Mas, como utilizar a experiência extraída dos estudos de Michel Foucault sobre o poder e aplicá-los às Vilas Operárias? O próprio Foucault responde esta questão, dizendo que

² BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In Silva, Tomaz T. da (org.) Trabalho, Educação e Prática social – Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1991. Pg.32.

³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 1991. pg. 189.



“Se uma outra coisa (em termos de abordagem ou de método) que acreditei poder utilizar na psiquiatria, na penalidade, na história natural pode lhe servir, fico satisfeito. Se forem obrigados a recorrer a outros ou a transformar os meus instrumentos, mostrem-me porque também poderei lucrar com isso”.⁴

É preciso registrar que, quando Foucault definiu uma nova conceituação de poder, os seus estudos faziam parte de uma pesquisa realizada sobre a história da penalidade (sistema prisional). O problema se colocava então, numa relação específica de poder existente entre os indivíduos que se encontravam enclausurados. Assim o autor definiu este tipo específico de poder como “disciplina” ou “poder disciplinar”. Ou seja, a disciplina se comporta como uma rede que permeia todo o aparelho produtor de poder, ela é uma técnica, um instrumento de poder.

O importante na vigilância é que sempre esteja presente, de maneira contínua e permanente nos indivíduos a ela expostos. Inerente a esta questão, está o conceito de olhar invisível proposto por Bentham no Panóptico, segundo o qual é permitido ver tudo, permanentemente sem ser visto.

Nas primeiras fábricas, os instrumentos dessa vigilância eram os mestres e contra-mestres. À medida que o aparelho de produção se tornou mais complexo, aumentou o número de operários e a divisão do trabalho. Neste sentido, se fazia necessária a criação das funções de controle das operações de produção, como parte integrante do processo.

No final do séc. XVII, o sistema de aprisionamento na Europa era chamado de Panoptismo, e a arquitetura e a filosofia desse sistema de controle interferiu no pensamento dos “pré-urbanistas progressistas”, quando começaram a criar soluções para a cidade industrial e seus trabalhadores. Esse sistema influenciou também a forma dos governos da época administrarem e controlarem suas cidades.

“The Panopticon is a type of prison building designed by English philosopher Jeremy Bentham in the late eighteenth

⁴ FOUCAULT, Michel. pg. 127.



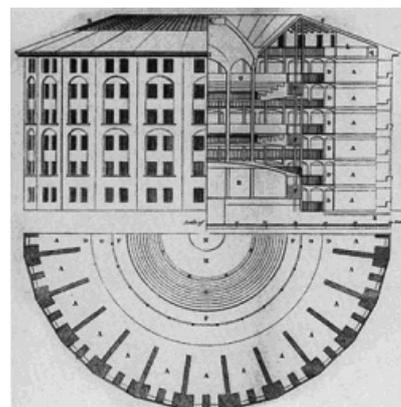
century, 1791. The concept of the design is to allow an observer to observe (-opticon) all (pan-) prisoners without the prisoners being able to tell if they are being observed or not, thus conveying a "sentiment of an invisible omniscience." In his own words, Bentham described the Panopticon as "a new mode of obtaining power of mind over mind, in a quantity hitherto without example".⁵

A filosofia do Panóptico é induzir as pessoas da cidade ou os detentos das prisões a um estado consciente e constante de visibilidade. Traduzindo esse conceito em arquitetura, analisemos o Panóptico de Bentham, é uma espécie de prisão, circular, no centro se localiza uma torre, as celas ficam ao redor da torre, também em forma circular, essa torre é vazada por largas janelas que se abrem para a face interna do anel. O anel é dividido em várias celas, cada uma com janelas para o interior e para o exterior, com isso, pelo efeito da luz, da torre percebe-se qualquer movimento do detento.

*"A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha... O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver e ser visto: o anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto."*⁶

A partir desse sistema do Panóptico, o panoptismo passou a ser também uma nova modalidade de disciplinamento, que se infiltrou na formação da sociedade, pois seus conceitos foram aplicados nas escolas, hospitais, e, provavelmente, nas soluções fabris e operárias.

"A finalidade prescrita ao ensino primário será, entre outras coisas, "fortificar", "desenvolver o corpo", dispor a criança "para qualquer trabalho mecânico futuro", dar-lhe "uma capacidade de visão rápida e global, uma mão firme, hábitos rápidos. "As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas para fabricar indivíduos úteis." ⁷



Panóptico de Bentham, planta circular, celas voltadas para a torre central de vigilância constante.

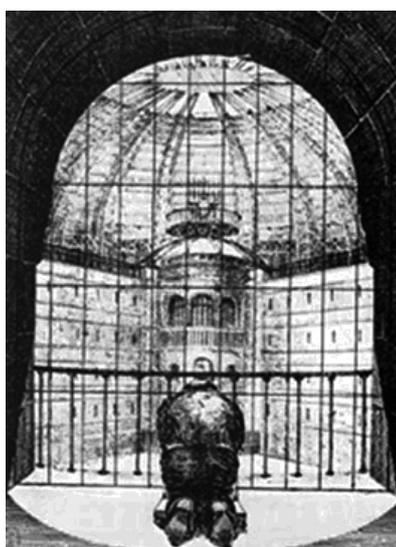
Fonte: Michel Foucault, Vigiar e Punir, p.44

⁵ BENTHAM, Jeremy. The Panopticon Writings, London: Verso, 1995, pg.95. Tradução livre : O Panoptico é um tipo de edifício projetado para o sistema prisional pelo filósofo inglês Jeremy Bentham no fim do século XVIII em 1791. O conceito do projeto é permitir que um observador veja todos os prisioneiros sem que sejam capazes de dizer se estão ou não sendo observados, convergindo em um "sentimento de onisciência invisível". Em outras palavras, Bentham descreve o Panoptico como "uma nova forma de obter poder mental sobre a mente".

⁶ FOUCAULT, Michel pg. 177, 178.

⁷ La Révolution française et l'éducation technique, 1968, p.106. apud FOUCAULT, Michel, pg. 185.





Projeto de uma penitenciária, 1840, nos princípios do panoptismo. Um detento em sua cela, rezando diante da torre central. Fonte: Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, p.47.

Foucault entende que a disciplina, ao distribuir os indivíduos no espaço, se utiliza de várias técnicas:

(1) A cerca, definida como “a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo”.⁸ A evolução, desde a manufatura e oficinas até a fábrica, imprimiu ao processo produtivo não só uma mudança na escala do espaço a ocupar como também um novo tipo de controle. Ao concentrar as forças de produção num único recinto, pretendia-se não só retirar delas o máximo de utilidade, como também anular toda e qualquer manifestação de resistência de luta;

(2) O princípio de quadriculamento individualizante, ou de localização imediata. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”.⁹ O espaço disciplinar estabeleceu uma correspondência na divisão entre parcelas e corpos ou elementos. Esta estratégia visava estabelecer as presenças e as ausências, a posição dos indivíduos e vigiar seu comportamento, medir suas qualidades ou méritos;

(3) A regra das localizações funcionais codificou o espaço que a arquitetura destinou ao múltiplo uso. A definição dos espaços permitiu, ao mesmo tempo, vigiar, “romper as comunicações perigosas” e criar um espaço útil. Porém, o princípio do quadriculamento individualizante tornou-se complexo quando aplicado às fábricas que surgiram século XVIII. Naquele momento, não bastava somente distribuir os indivíduos num espaço, isolá-los e localizá-los. O novo estágio do processo produtivo exigia a articulação dessa forma de distribuição dos indivíduos num aparelho de produção com características específicas. “É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos postos”.¹⁰

(4) O conceito de unidade não se refere nem a local ou território, mas a uma posição: o lugar que o elemento ocupa numa classificação. “A disciplina, arte de dispor em fila e da técnica para a transformação dos arranjos (...) individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”.¹¹

⁸ FOUCALT, Michel, pg.130.

⁹ FOUCALT, Michel, pg. 131.

¹⁰ FOUCALT, Michel, pg. 132.

¹¹ FOUCALT, Michel, pg.133.



Por meio da concepção de Foucault, podemos entender que habitações para operários, construídas à margem das fábricas, como no caso da Vila Operária Santa Cruz, constituem na expressão material desses princípios disciplinares, extrapolando o âmbito fabril.

Tais habitações recriaram, no âmbito extra-fabril e doméstico, as condições existenciais fabris. Precisamos apreender o objeto de estudo a partir da dupla perspectiva dos efeitos desse poder. Neste sentido, a **arquitetura** se constituiria como um dos efeitos repressivos na manutenção da vigilância e do controle nos modos de morar.

As Vilas e o Processo de Industrialização / Urbanização no Brasil

A cidade pioneira no processo de construção de vilas operárias foi São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, o centro financeiro do café. A concentração de capital era grande e esse quadro propiciou a base para atividades produtivas, pois existe elevação no poder de consumo e automaticamente o aumento da produção. *“A expansão econômica da cidade e o afluxo de um enorme contingente populacional corresponde a uma elevada demanda habitacional.”*¹²

Os industriais encontravam dificuldades com a mão-de-obra, pois os ex-escravos não eram especializados e os imigrantes, mais conscientes do seu valor, não permaneciam após perceberem as péssimas condições de trabalho e de moradia.

*“A moradia na forma de vilas operárias encontra raízes num remoto passado. Elas aparecem como sucedâneo da senzala... no período escravocrata, junto à casa senhorial, rural ou urbana, o proprietário destinava uma parte da construção à senzala. Pela habitação, o proprietário preservava e protegia sua mercadoria - o escravo. Posteriormente, o trabalho livre rural, exercido pelo colono, também foi controlado e parcialmente remunerado pelo uso da habitação nas ‘colônias’ do interior das fazendas... o surgimento no cenário urbano das vilas operárias é parte do processo de industrialização.”*¹³

¹² BLAY, Eva, pg. 45.

¹³ BLAY, Eva, pg. 30.



Nesse momento, os industriais percebem que os terrenos próximos às fábricas podiam representar possibilidade de negócios futuros.

*“Interessados em atrair e reter força de trabalho, já em 1853... Bahia, Rio de Janeiro, Minas... iniciando com o fornecimento de locais para dormir, as indústrias passam a fornecer casas... aos operários estrangeiros. Aos brasileiros são oferecidos a construção de fornos, fogões, ou apenas colchões, camas e objetos caseiros.”*¹⁴

No Brasil, os primeiros industriais a investirem no setor imobiliário urbano foram os irmãos Falchi:

*“... Construíram na Vila Prudente localidade deserta... uma vila fabril, cheia de vida e de trabalho, ornada de belos edifícios, com comércio local relativamente desenvolvido. Escola, templo, fábrica e casas residenciais de elegante arquitetura e vila de operários, formando um todo que atesta a força de vontade de seus fundadores, os quais em homenagem ao Venerando Dr. Prudente de Moraes, deram o seu nome(...) O espaço da Vila Prudente foi ocupado, urbanizado e loteado, ampliando os limites da cidade. Desde o início verifica-se, pois, que as indústrias e as vilas operárias se instalam na cidade de São Paulo ao longo das vias férreas... em terrenos inundáveis. ... A emergente burguesia urbana é relativamente reduzida se confrontada com o operariado já presente na cidade.”*¹⁵

Com a implantação das vilas e o surgimento de novos aglomerados urbanos, a estrutura espacial da cidade de São Paulo, bem como do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, todas passavam, nesse momento, por um processo industrial semelhante, adquiriram maior segregação social. Em determinadas áreas surgiram ocupações características das classes sociais dominantes. Formam-se os bairros operários e os bairros burgueses.

¹⁴ BLAY, Eva, pg. 31.

¹⁵ BLAY, Eva, pg. 04.



Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias

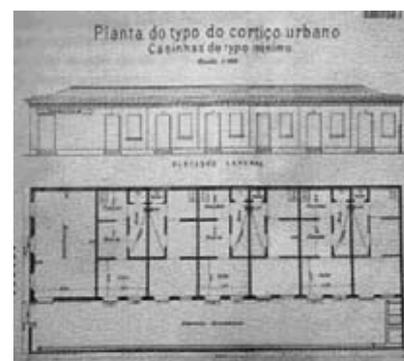
No final do século XIX, quando as autoridades “tomaram conhecimento” das condições de vida nos cortiços e nas demais habitações operárias, passaram a legislar sobre o assunto. Primeiro houve os relatórios das comissões de exame das habitações operárias, posteriormente foram criados os primeiros códigos sanitários.

O conhecimento médico e higienista adquiridos no Brasil foram reflexos das teorias médicas francesas. A exigência de higienização das habitações deu origem às leis que concediam poder para intervir na topografia urbana e corrigir projetos de habitação popular.

Em São Paulo, a partir de 1893, a prefeitura passou a exigir a aprovação das plantas das novas construções, começou a cobrar ventilação e luz natural para os compartimentos de uso contínuo, entre outras exigências. Os relatórios elaborados, deram subsídios para a redação do primeiro Código Sanitário, em 1894, oficializado pelo decreto 233, de 02/03/1894. Posteriormente surgiram soluções não só para o controle da higiene, mas regras para construção, intervenção e localização de tais habitações operárias.

“Em 1885, a cidade sofre um grave surto de varíola que imediatamente é atribuído aos cortiços, às casas de moradia em comum... O médico da câmara municipal, Dr. Eulálio da Costa Carvalho... expõe o grave problema sanitário... o qual necessitaria impor normas para a construção de cortiços... higiene e até demolição dos que forem julgadas inconvenientes ou prejudiciais à saúde de seus habitantes...” A construção dessas casas, quer ao longo das ruas, praças, etc, quer dentro dos terrenos particulares, é inteiramente proibida no perímetro comércio”.¹⁶

Percebe-se que a intenção não foi necessariamente resolver os problemas da insalubridade das habitações operárias,



Casas propostas pela Comissão de Exame e Inspeção.

Fonte: Nabil Bonduki, *Origens da Habitação Social no Brasil*, p. 59.

¹⁶ Eva Blay, pg. 62.



mas sim afastá-las das áreas centrais do valorizado solo urbano paulistano. Com relação às especificações para construção das habitações operárias, estas seguiram um padrão inferior aos das casas burguesas. As alturas mínimas, recuos, etc. são inferiores. *“O pé-direito das casas operárias, por exemplo, deve ser de no mínimo quatro metros. As portas do primeiro pavimento: 2,75m x 1,00m, etc. As casas burguesas terão 5 metros de pé-direito e as portas, 3,20m x 1,30 m.”*¹⁷

O relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias da prefeitura de São Paulo, em 1894, dizia:

*“A população triplicou em dez anos. Cuidar da unidade urbana, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalação onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam estas construções acanhadas, insalubres, repulsivas, algumas onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigada pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele.”*¹⁸

Além de ditar regras sobre como deveriam ser as casas das vilas operárias, com qualidade bem inferior às casas burguesas, com dimensões e materiais construtivos abaixo das exigências normais, a comissão, mediante o relatório já mencionado, propôs o local onde deveriam ser instaladas estas vilas: *“A situação mais conveniente para as vilas operárias deve ser, sem dúvida, aquela que reúna facilidade de comunicação à barateza dos terrenos... em torno da cidade de São Paulo, num raio de 10 a 15km...”*¹⁹

O incentivo do Estado à construção das vilas indica a politização do espaço urbano. Os últimos parágrafos do relatório da comissão de exame das habitações operárias, porém, não escondem as reais intenções do poder público e privado: preservar e reproduzir a mão-de-obra importada. O texto diz:

¹⁷ Eva Blay, pg. 63.

¹⁸ Prefeitura Municipal de São Paulo, Apud Eva Blay, pg. 64.

¹⁹ Prefeitura Municipal de São Paulo, Apud Eva Blay, pg. 76.



“Tais são as medidas que julgamos adequadas a solver o problema das habitações entre nós. Os favores que o Estado ou município deliberar conceder no intuito de estimular ou criar empresas que se proponham a construir vilas operárias nos tempos atuais, quando a crise financeira está em período agudo, e por outro lado as epidemias nos ameacem todos os anos, dizimando a classe operária e roubando-nos braços úteis que importamos com sacrifícios...”²⁰

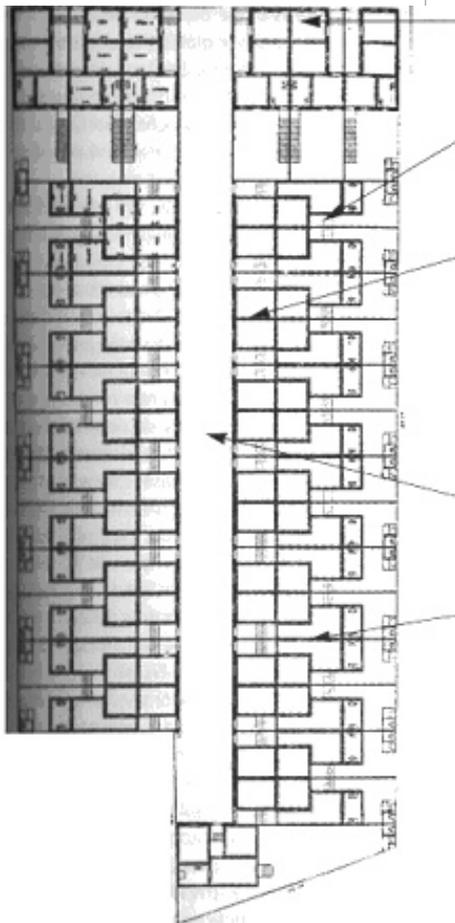
Após a consolidação dos decretos, nas primeiras décadas do século XX, as vilas aumentaram nos principais centros do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e depois Bahia. Já na década de 1930, aumentou o processo de industrialização e houve uma elevação na quantidade de postos de trabalho, o que abriu margem para maior organização social e maior presença dos trabalhadores na vida sócio-econômica e política do Brasil.

No Brasil, existiram algumas variações com relação às casas operárias e ao seu espaço de convívio social. Um dos exemplos de vila particular é a projetada pelo engenheiro Regino Aragão, em 1911, que é similar a muitos outros empreendimentos para habitação operária. Pela planta da vila percebe-se a racionalização da organização espacial, que buscou reduzir ao máximo o preço da construção e tirar o maior proveito possível do terreno, e ao mesmo tempo seguia os padrões municipais para desfrutar dos incentivos fiscais. Apesar da variedade de tipos de habitação, todas se baseavam numa viela central, casas geminadas, tanques e banheiros no fundo dos lotes, corredor perpendicular à rua, ausência de recuos laterais e frontais, entre outros.

É impossível analisar a disposição e configuração espacial das vilas operárias sem comentar sobre a vila Maria Zélia, em São Paulo, situada no bairro do Belenzinho, próxima ao Rio Tietê. Construída entre 1911 e 1916, a vila foi inaugurada em 1917 para abrigar os dois mil e cem funcionários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta, do empresário Jorge Street. O nome da vila é em homenagem à filha Maria Zélia, que morreu ainda adolescente, no ano da inauguração da vila. O

²⁰ Prefeitura Municipal de São Paulo, Apud Eva Blay, pg. 77.





Melhores habitações situadas de frente para a rua, permitindo a cobrança de aluguéis mais altos.

Corredor lateral para iluminação do segundo dormitório e da sala, obedecendo a legislação municipal.

Ausência de recuos laterais e frontais, aumentando o aproveitamento do terreno.

Lotes de 40m², com a alta taxa de ocupação de 75%, correspondente a 30m² de construção.

Corredor perpendicular à rua, garantindo o aproveitamento do miolo do quarteirão.

Paredes hidráulicas e paredes laterais comuns às duas casas, reduzindo o custo da construção.



Vila da Rua São João, projetada por Regino Aragão.
Fonte: Nabil Bonduki, *Origens da Habitação Social no Brasil*, p. 51.

projeto ficou nas mãos do arquiteto francês Pédarrieux. Foram erguidas 198 casas com dois, três e até quatro dormitórios, de tamanhos que variavam entre 75 e 110 metros quadrados. Havia água encanada, energia elétrica e calçamentos. As casas possuíam assoalho de pinho-de-riga e portas em madeira maciça. Somente a energia elétrica era paga diretamente pelo morador. Já a água e o aluguel eram descontados do salário.

Era considerado modelo da boa habitação operária: casas unifamiliares e “higiênicas”, controle patronal e ampla gama de equipamentos coletivos, como igreja, biblioteca, teatro, creche,



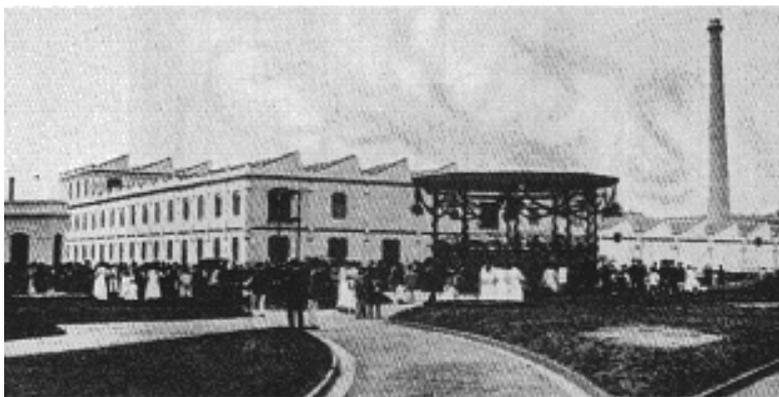
jardim de infância, grupo escolar, consultório médico e dentário, associação recreativa e beneficente, além de comércio, todos comandados pelo industrial.

Eva Blay descreve a configuração espacial do conjunto:

*“Além do já descrito jardim, 5 ruas perpendiculares à Rua dos Prazeres e 4 ruas transversais, 178 residências estão distribuídas por essas 9 ruas. Há ainda o Grupo Escolar Maria Zélia e o Colégio Manuel da Nóbrega, em cujo frontispício se lê “Escola de Meninos” e que fica em frente ao grupo escolar, antiga “Escola de Meninas”. Há uma Igreja Católica, um armazém, um depósito de material, um bar, uma pequena oficina de calçados desativada e um escritório de administração da vila. Na época da sua fundação (1916-17) ela possuía um posto médico, dentário, creche, um teatro e um clube recreativo.”*²¹

Jorge Street, foi um dos pioneiros na implantação da indústria no Brasil, numa época em que a burguesia do país só valorizava a agricultura.

“Em 1912 fez um vultoso empréstimo junto aos bancos ingleses para aqui instalar uma grande fábrica de algodão... Contratara o arquiteto francês Pedarrieaux, para projetar



Igreja da Vila Maria Zélia, nas áreas externas de convívio.



Divisão da “escola para meninos” e “escola para meninas”, em blocos separados.

Vista dos Galpões. Imagens da Vila Maria Zélia, São Paulo, Fonte: Nabil Bonduki, Origens da Habitação Social no Brasil, pg. 64,65.

²¹ BLAY, Eva, pg. 221.



*as casas, fábrica, igreja, escola, etc. Colocara a vila nas mãos de um administrador que, mesmo na fase crítica, manda continuar a construção de mais algumas casas... Este investimento, segundo os filhos de Street, agravou a situação econômica do empresário, que não conseguiu completar sua obra..."*²²

Apesar de compará-lo aos utópicos, como Owen e Fourier, pesquisas comprovam que Street defendia o trabalho infantil e a não concessão de licença à gestante.²³

*"Através do Instituto de Aposentadorias e Pensões. Além de ser segregada do tecido urbano, introduz a noção de habitação não só como o abrigo unifamiliar, mas como conjunto de equipamentos coletivos necessários para o desenvolvimento de todas as atividades do tempo do "não-trabalho". A vila era servida por comércio diversificado: açougue, padaria, mercadinho com câmara frigorífica, farmácia com laboratório e armazém."*²⁴

Como já foi visto, os teóricos desde o século XVII influenciaram no desenvolvimento e na configuração espacial das fábricas industriais e na moradia do operariado, esse rebatimento foi notado nas propostas dos socialistas utópicos, e posteriormente, em fins do século XIX, chegou ao Brasil propostas de fábricas e vilas operárias com características européias, quando essas propostas foram implantadas e consolidadas no Sudeste do Brasil, chegou também ao Nordeste, com características próprias e peculiares, não seria diferente no estado de Sergipe, e particularmente no bairro operário Santa Cruz, na cidade de Estância.

²² BLAY, Eva, pg. 225-27.

²³ BLAY, Eva, pg. 229-30.

²⁴ BONDUKI, Nabil, pg. 64-5.

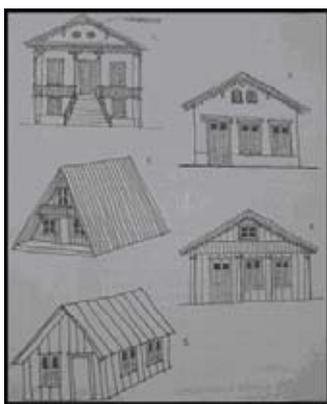


2.2 - Modos de Morar

A forma de discutir a moradia popular sofreu várias mudanças ao longo do tempo. A intenção desse capítulo, é também, exemplificar as diversas formas de morar da população de baixa renda .

De acordo com o “Dicionário Ilustrado de Arquitetura”²⁵, de onde tiramos todas as ilustrações desse item, existem várias definições para diversas formas de morar operário, como:

· **Chalé** – 01. casa imitando o estilo suíço. Tem como principais características o uso da madeira como elemento estrutural e decorativo, a utilização de ornamentação rendilhada, particularmente o lambrequim. O emprego de telhado com duas águas com amplos beirais e a implantação em centro do terreno com empena voltada para a via pública. 02. casa pré-fabricada feita de madeira cuja principal característica é a cobertura que se estende até o chão formando vedações laterais. 03. **No Rio de Janeiro, antigo tipo de edificação popular que utilizava a madeira como elemento de vedação. Foi muito freqüente na cidade em fins do séc. XIX. Foi proibida por legislação no início do século XX.** 04. No interior do Rio Grande do Sul, casa de madeira rural ou campestre. Em todos os sentidos é usada às vezes a grafia francesa *Chalet*.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura.
Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

²⁵ ALBERNAZ, Maria Paula. Lima, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000. Ilustrações usadas nesse capítulo, das páginas: 127-129; 185; 305;383;397;422-424; 443; 564; 574.



· **Casa Brejada** - No Norte, principalmente Ceará, casa modesta cujo chão é úmido por deficiência de impermeabilização do piso, utilizado por classes trabalhadoras.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

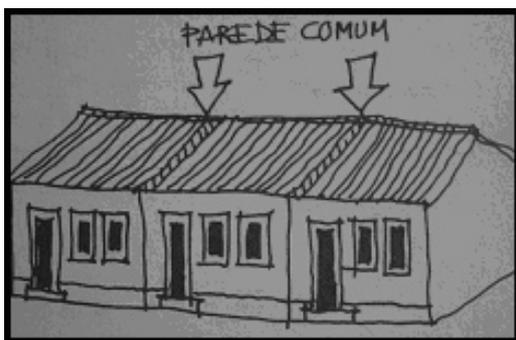
· **Casa de Cômodos** - Casa que contém várias unidades habitacionais formadas, cada uma delas, por um único compartimento, sem instalações sanitárias privativas e servidas por uma ou mais entradas comuns. **Em geral trata-se de um antigo prédio deteriorado subdividido por seu proprietário para locação.** Frequentemente são encontrados em antigas áreas centrais da cidade, que se tornaram decadentes com o tempo. No Rio de Janeiro e São Paulo, em fins do século XIX, constituía uma das principais alternativas de moradia para a população pobre.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

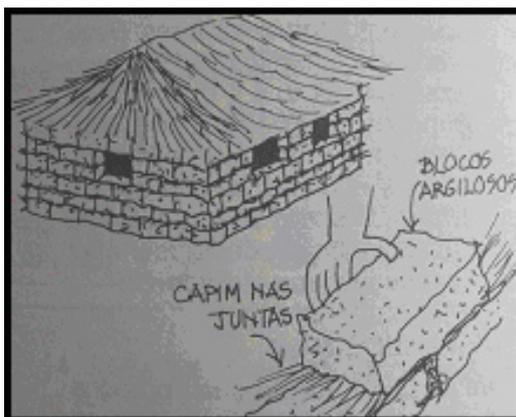


· **Casa de Parede-Meia** - Casa que possui uma de suas paredes externas, usualmente lateral, em comum com a casa vizinha. Em geral, a expressão refere-se a casas bem modestas. As casas geminadas e as casas corridas são casas de parede-meia. .



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

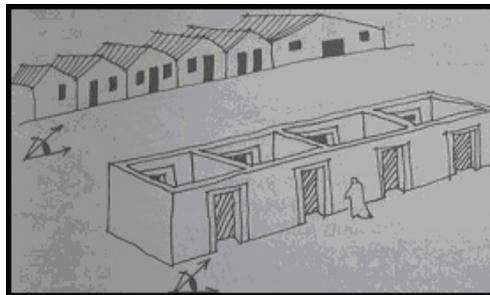
· **Casa de Torrões** - Casa humilde encontrada na campanha gaúcha. É feita com blocos maciços de argila empilhados. Conserva o capim proveniente dos solos argilosos que serve para vedar as juntas entre os blocos. Suas paredes são baixas. Possui cobertura de quatro águas feita de palha. Seu piso é de chão batido. Constitui um tipo tradicional de edificação da região atualmente em vias de desaparecimento.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

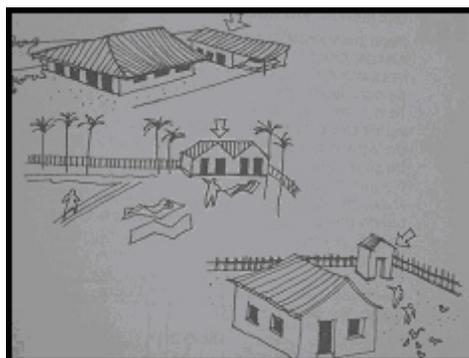


· **Casas Corridas** – conjunto formado por mais de duas casas implantadas de modo a terem suas paredes laterais em comum com as casas vizinhas, resultando em telhado único para todas as unidades. Em geral as casas possuem ainda fachadas frontais no mesmo alinhamento. Muitas vezes as casas são idênticas internamente.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

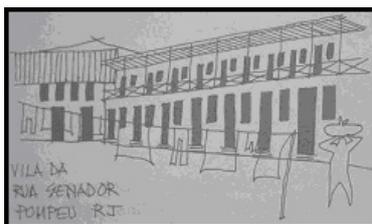
· **Edícula** - Construção complementar à edificação principal, sem comunicação interna com esta e de menor porte. Comumente é utilizada em residências unifamiliares como lavanderia, garagem e dependências de empregados ou de hóspedes. Em antigas casas urbanas e em casas humildes no interior constitui muitas vezes o compartimento de W.C. **Porém, a maioria das vezes era utilizado como moradia de empregados.**



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

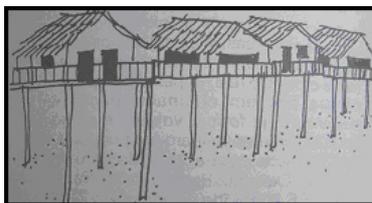


· **Habitação coletiva** - Habitação destinada ao uso residencial de um grupo de pessoas, usualmente não unidas por laços familiares, ligadas por interesses diversos.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2º Edição. São Paulo, 2000.

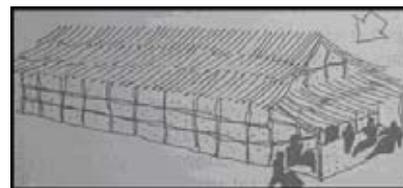
· **Palafita** – 1. Conjunto de estacas, em geral de paus roliços ou madeira em bruto, fincadas firmemente no solo, sustentando edificações implantadas em terrenos alagados, sujeitos a inundações, ou em áreas com água. É também chamada estacaria.
2. Por extensão, nome dado às casas construídas sobre palafita.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2º Edição. São Paulo, 2000.

· **Senzala** – 1. Antigamente, cada uma das unidades de moradia dos escravos no Brasil colonial. 2. Por extensão, construção que servia de alojamento para os escravos negros em fazendas e casas senhoriais no Brasil colonial e imperial. Nos engenhos de açúcar, localizava-se entre as edificações da Casa-Grande e da Casa-de-Engenho. Nas fazendas de café situava-se em um dos lados do terreno que circundava o terreiro para secagem de café. Comumente era feita de taipa, tinha forma retangular alongada e possuía uma única entrada com porta baixa e estreita. Em geral tinha cobertura de telha, às vezes de palha, e chão de terra batida. Frequentemente dispunha de vários quartos grandes destinados aos solteiros e de alguns menores para casados. Não tinha instalações sanitárias e a cozinha situava-se na frente da edificação sobre galeria coberta.

Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2º Edição. São Paulo, 2000.



2.3 - Nomenclatura para definir os conceitos de habitação para o trabalhador

O termo “Habitação” em seu conceito mais amplo é definido como : Espaço construído destinado para moradia. Pode ser unifamiliar, quando se destina a uma única família, ou multifamiliar, quando se destina a mais de um domicílio, como por exemplo, um edifício de apartamentos.²⁶

Porém, o termo se subdivide em vários outros, com diferentes conotações. Algumas definições sobre o termo “Habitação” podem ser vistas da leitura do primeiro e segundo capítulos do livro *Origens da Habitação Social no Brasil*. Nabil Bonduki :

- **Habitação Popular** – um termo genérico que define uma determinada solução de moradia para a população de baixa renda.

- **Habitação Sub-Normal** – Utilizada pela prefeitura de São Paulo para definir a moradia que não oferece as condições mínimas de segurança, espaço e salubridade.

- **Habitação de Interesse Social** – Utilizada pelo extinto BNH, envolvendo seus programas para as faixas de menor renda.

- **Habitação de Baixo custo (Low-Cost Housing)** – Utilizado para designar habitação a baixo custo, porém sem que isso signifique necessariamente habitação para população de baixa renda.

- **Habitação para população de baixa renda** – conceito semelhante ao de habitação social, ou seja, direcionado realmente para a população de menor renda.²⁷

Já segundo a Secretaria Nacional de Habitação²⁸, existem ainda os conceitos de moradia que são aplicados aos estudos de Déficit habitacional e Inadequação de moradia, como:

²⁶ ALBERNAZ, Maria Paula. Lima, Cecília Modesto. pág. 305.

²⁷ Definições retiradas da leitura do primeiro e segundo capítulos do livro: BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil*. Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

²⁸ MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte: 2004. pág. 7-9.



- **Domicílio Rústico:** sem paredes ou com paredes aparelhadas.
- **Domicílio improvisado:** todos os locais destinados a fins “não residenciais” que servem como moradia.
- **Co-Habitação** – soma de família diferentes em mesmo domicílio (compartimentos cedidos ou alugados)

Observando a Habitação Popular no seu conceito mais genérico, notamos o abrangente universo de soluções encontradas pela própria população, e posteriormente pelo Estado e pela iniciativa privada. Na produção vernacular tem-se:

· **Favelas** - Segundo Nestor Goulart, são barracos precários semelhantes aos mocambos. No Rio de Janeiro, no final do século XIX, com a construção de barracos no “Morro da Providência da Favela” . Os materiais eram restos de demolição. As favelas se tornam comuns em outras cidades, transformando-se em um dos tipos básicos de ocupação de terreno irregular.²⁹ Segundo o dicionário Houaiss³⁰, o nome Favela, sugere no regionalismo brasileiro um conjunto de habitações populares que utilizam materiais improvisados em sua construção tosca, e onde residem pessoas de baixa renda. Na sua etimologia, fava + *-ela*; segundo Nascentes, a acepção ‘habitação popular’ surge após a campanha de Canudos, quando os soldados, que ficaram instalados num morro daquela região, chamado da *Favela*, provavelmente por aí existir grande quantidade da planta *favela*, ao voltarem ao Rio de Janeiro, pediram licença ao Ministério da Guerra para se estabelecerem com suas famílias no alto do morro da Providência e passaram a chamá-lo morro da *Favela*, transferindo o nome do morro de Canudos, por lembrança ou por alguma semelhança que encontraram; o nome se generalizou para ‘conjunto de habitações populares.

· **Mocambos** – Termo regional, ainda segundo Nestor Goulart, eram habitações instaladas irregularmente em terrenos públicos, perto de praias, mangues e às margens de córregos e

²⁹ REIS, Nestor Goulart. Habitação Popular no Brasil: 1880-1920. São Paulo: Fau-Usp, cadernos de pesquisa do LAP, 1994. pg.31.

³⁰ HOUAISS, Antonio. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ed. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Rio de Janeiro, 2001.



rios, predominante em algumas regiões do Nordeste, pelo clima quente, forma de habitação mais precária que as “casinhas”. Muitas vezes não chegavam a ser revestidas com barro, sendo fechadas por pedaços de madeira e outros restos de material encontrado na região.³¹

Porém, o sociólogo Gilberto Freyre tinha outra visão dos mocambos, geralmente tinham cobertura de palha, tal cobertura protegia os moradores do sol e das chuvas, suas paredes eram executadas com duas ou três camadas de sapé, a disposição dos cômodos era muito simples, um quarto entre duas salas separadas por um corredor, ou um quarto e uma sala em “L”, todos os cômodos possuíam abertura para ventilar e iluminar, diferente das alcovas dos sobrados burgueses. Houve muita resistência da nova burguesia agrário-industrial com relação a esses novos tipos de habitação, porém, segundo certos estudiosos, era a solução mais adequada ao nosso clima.³²

· **Casas precárias de periferia** – Construções executadas ao longo do tempo, de acordo com as possibilidades do proprietário, em 10 ou 20 anos, partindo de um núcleo mínimo, sempre precário.³³

³¹ REIS, Nestor Goulart. pg.29.

³² FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 8 ed. Recife: Record, 1990, pg. 153-207.

³³ REIS, Nestor Goulart. pg.35.



2.4 - Nomenclatura para definir os tipos de cortiço

Tipos e características construtivas

A descrição dos vários tipos de habitação coletiva inclui muitos tipos de cortiço. São muitas as definições para Cortiço, pois ela tem um significado por vezes ambíguo, pois se refere às diversas formas de habitação coletiva precária, mas também às formas intermediárias : hotéis ou pensões chamadas na época de “estalagens”. Em 1886 existiam no Rio de Janeiro 1.046 estalagens, acomodando mais de 46.000 pessoas. Os cortiços (palavra que significa a casa das abelhas, os alvéolos repetidos se comparam ao aglomerado de cubículos para moradia), se tornaram a forma predominante de habitação no início do século XX. As cidades tinham a característica de não serem segregadas, os bairros residenciais eram mistos, havia casarões onde morava a burguesia e bem próximo localizavam-se os cortiços.

O relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias da prefeitura de São Paulo, em 1894, dizia:

“A população triplicou em dez anos. Cuidar da unidade urbana, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam estas construções acanhadas, insalubres, repulsivas, algumas onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigada pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele.” ³⁴

Podemos classificar os tipos de moradia em:

· **Cortiços em Casarão** – Subdividido em cubículos, onde cada um deles era considerado moradia: 1- Casarão+meias-águas (chamados também de cortiço de quintal); 2- Casarão+meias-águas+porão; 3- Casarão+porão

³⁴ Prefeitura Municipal de São Paulo, Apud Eva Blay, pg. 64.



· **Porões isolados + casarão com habitação normal** – no caso, o dono da residência apenas alugava o porão.

· **Cortiços em “vias ou avenidas”** - Eram cortiços chamados ironicamente de “avenidas”, pois apresentavam no seu exterior uma fachada de residência comum, porém no seu interior eram conjuntos de pequenas habitações, que abriam para uma rua particular ou viela, tendo ao fundo um espaço maior de uso coletivo (onde estavam os tanques de lavar roupa e as latrinas de uso coletivo, a maioria desses cortiços era desprovida de instalações sanitárias). Mas também haviam formas mais elaboradas desse tipo de cortiço-avenida, com portões de entrada vistosos, acesso de veículos e cada unidade possuía banheiro e cozinha próprios. Essas exceções eram encontradas no Rio de Janeiro nos bairros Botafogo e Flamengo e em São Paulo no bairro de Pinheiros.

· **Hotel-Cortiço ou Pavilhões para cortiço** – Eram pavilhões construídos exclusivamente para serem cortiços, tinham em geral vários andares e aproveitavam os desníveis do terreno, por exemplo, o Vale do Saracura tinha nos porões as moradias mais pobres.³⁵ Era uma espécie de restaurante agregado de pequenos dormitórios coletivos, ocupado por operários sem família.³⁶

· **Cortiço - Casa de cômodos** – Eram casas residenciais onde havia vários quartos (cômodos), e tais quartos eram alugados a pessoas de baixa renda. Compreendia sobrados cujos compartimentos eram subdivididos em pequenos espaços. Havia ainda os cortiços-improvisados formados, quase sempre, a partir de casas comerciais cujos depósitos, construídos nos fundos do terreno e de forma precária, eram subdivididos e transformados em inúmeras moradias.³⁷

³⁵ REIS, Nestor Goulart. pg.33.

³⁶ MOURA, Rosa Maria Garcia. Habitações Populares em Pelotas(1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados. Tese de doutorado. PUC-RS. Porto Alegre, 2006. pg. 66.

³⁷ MOURA, Rosa Maria Garcia. pg.67.

“Como na Capital Federal há mais quem habite do que onde habitar, começou logo a entrar-lhe pela casa, à procura de cômodos, uma interminável procissão de desamparados da sorte e de magros lutadores pela vida, que lhe foram enchendo surdamente, do primeiro ao último, os numerosos quartos. Mais houvesse, e não faltariam para os ocupar estu-



*dantes pobres, carteiros e praticantes do correio, repórteres de jornais efêmeros, moços de botequim, operários de todas as profissões, comparsas e figurantes de teatro, pianistas de contrato por noite, cantores de igreja, costureiras sem oficina, cigarreiros sem fábrica, barbeiros sem loja, tipógrafos, guarda-freios, limpa-trilhos, bandeiras de bondes, enfim toda essa pobre gente, rara quem se inventaram os postos mais ingratos na luta pela vida, os mais precários e os mais arriscados; essa gente que em tempo de paz morre de fome, e em tempo de guerra dá de comer com a própria carne às bocas de fogo das baterias inimigas.*³⁸

· **Cortiço-Pátio + Casinhas** – Nome dado no século XIX às habitações mais humildes, construídas de material simples, quase sempre de madeira ou barro cobertas de palha, habitado por lavadeiras e ex-cravos, repetiam nas cidades os padrões numa arquitetura rural mais simples.³⁹

· **Cortiço-casinha** - correspondia a uma pequena casa em um terreno, também pequeno, voltada para a rua e construída com materiais de baixa qualidade e em péssimo estado de conservação.

· **Cortiço-Corredor ou Cortiço em “meia-água”** - No fundo do terreno das casas comerciais e das residências encortiçadas, havia um tipo de solução que aproveitava os muros, utilizando uma cobertura simples, e sob esse telhado vários cubículos abriam para um corredor ou pátio central. Cada cubículo abrigava uma família. Banheiros e tanques eram de uso coletivo.

· **Cortiço pátio** - considerado o mais comum, ocupava, segundo o relatório:

“(...) comumente uma área no interior do quarteirão: quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida um venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por um estreito e comprido corredor para um pátio com três a quatro metros de largo nos casos mais favorecidos. Para este pátio ou área livre se abrem janelas e portas de pequenas

³⁸ Texto extraído do livro “Casa De Cômodos”, de Aluizio Azevedo. São Paulo: Martins Editora, 1954.

³⁹ REIS, Nestor Goulart. pg.25.



casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade. Raramente cada casinha tem mais de 3 metros de largura, 5 e 6 de fundo e altura de 3 a 3,50 metros.”

Também no Rio de Janeiro, por volta do ano de 1850, a demanda por moradias baratas para os trabalhadores provocou o surgimento de alguns tipos habitacionais todos reunidos sobre o termo cortiço.⁴⁰

· **Portão** - tratava-se de um conjunto de compartimentos dispostos em fita, com o acesso feito por uma rua interna e escondidos do espaço público através de um portão. O **portão**, era formado por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo. Dependendo da largura do lote, a rua era central as duas fitas ou colocada em uma das laterais do terreno.

· **Contrafeitos** - com unidades tão diminutas quanto as anteriores os contrafeitos eram pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado.⁴¹ A diferença com relação ao portão ou cortiço-pátio, reside no fato destas moradias serem construídas voltadas para o passeio público e, pela referência na própria planta, retiradas quatro metros do alinhamento, condição estabelecida pelo Código de Posturas então em vigor.

Em julho de 1889, no jornal Correio Mercantil, foi publicada uma pequena nota sobre a concessão obtida pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, através de seu diretor Engenheiro Arthur Sauer, para “construir villas proletárias, [com] casa cômodas, sólidas, higiênicas e baratas”.⁴²

As características que unificam esses projetos entre si e com as descrições de cortiços são a exigüidade da área construída para cada unidade, a sobreposição em um único compartimento das atividades de estar, dormir e principalmente a cocção de alimentos e as instalações sanitárias coletivas quanto

⁴⁰ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 166. No ano de 1869 haviam aproximadamente 624 cortiços na cidade do Rio de Janeiro. Em 1888, essas moradias coletivas chegavam a 1331 e habitadas por 46.680 pessoas.

⁴¹ CRUZ, Glenda Pereira. *Espaço construído e a formação econômico-social do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1987. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), p. 450. Além de o termo ser empregado para identificar pequenas habitações populares, também serviu para denominar edificações construídas no fundo dos lotes e utilizadas para usos complementares como o dormitório de empregados, depósitos, lavanderias, etc.

⁴² CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004, p.41. Sob a direção de Arthur Sauer foram construídas cinco vilas operárias no Rio de Janeiro denominadas, Ruy Barbosa, Arthur Sauer, Senador Soares, Maxwell e Sampaio.

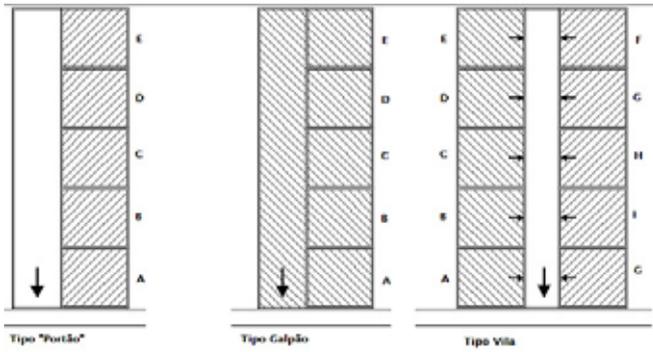


⁴³ MOURA, Rosa Maria Garcia. pg.69.

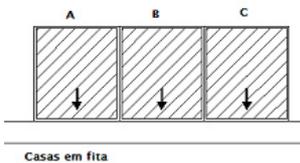
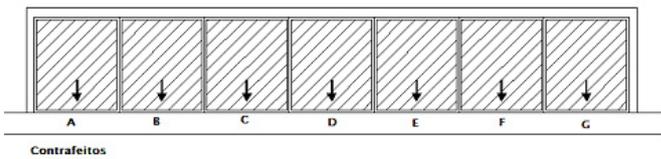
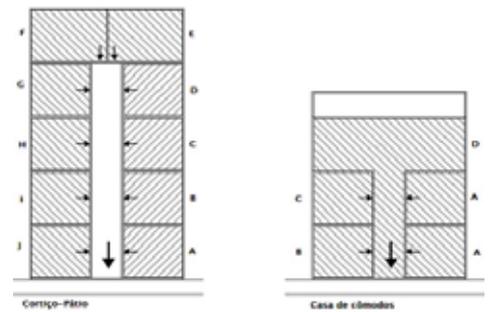
existiam. Fossem galpões, portões ou vilas, casas de um pavimento ou sobrados, aparentemente, qualquer casa vazia ou sobra de terreno era um cortiço em potencial.

A modernização das áreas centrais, através da implantação de infra-estrutura e a construção de novos edifícios para teatros, bibliotecas, paço municipal etc., e o aumento da demanda por habitação por parte de populações de maior poder aquisitivo constituíam algumas das condições para que a terra e a moradia, valorizadas, passassem a ser consideradas como mercadorias. Investir no urbano tornou-se um bom negócio.⁴³

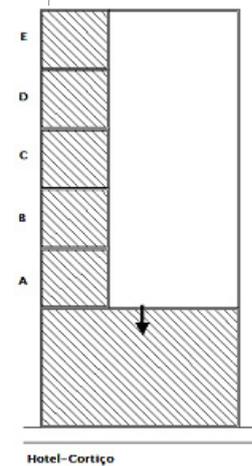
Croquis do esquema de cortiço.
Desenho: Suzete Bomfim.



Croquis do esquema de cortiço. Desenho: Suzete Bomfim.



Croquis do esquema de cortiço. Desenho: Suzete Bomfim.



Croquis do esquema de cortiço. Desenho: Suzete Bomfim.



2.5 - Nomenclatura para definir a habitação operária

A iniciativa privada, incentivada pelo Estado, deu sua contribuição na construção da habitação popular. É chamada por alguns autores de “Produção Rentista”, pois tinham altos lucros com os aluguéis cobrados, além dos industriais que forneciam a moradia e descontavam dos salários do operariado. Podemos citar:

· **Vila Operária de Empresa ou Vilas Industriais**- As fábricas tinham que ser relativamente auto-suficientes, os industriais eram obrigados a manter uma equipe de pedreiros e demais pessoas da construção civil, para atender às necessidades da própria indústria. Aproveitavam o tempo de sobra dessas equipes para construir as vilas operárias, onde inicialmente instalavam os empregados estrangeiros. Posteriormente, essa prática se estendeu para acomodar o maior número possível de operários, descontando os aluguéis dos seus salários. Esse vínculo criava uma submissão extrema entre operários e industrial.⁴⁴

· **Vilas Cidades (com equipamentos coletivos)**- Eram na verdade “Bairros Operários”, muito próximos às Fábricas, pois além das casas havia espaços semipúblicos, como praças e campos de futebol, e equipamentos coletivos como Escola, Igreja, Armazéns, e em alguns casos, Teatro e Cinema.

· **Vila Operária Particular (vilas comerciais)** - Era semelhante às construídas pelos industriais, porém era destinada apenas para obtenção de lucro. Se caracterizada por um conjunto de pequenas moradias com acesso por ruas particulares ou por vias públicas, com fachada padronizada. Essas construções se tornaram interesse de muitos empresários, nos primeiros anos do Regime republicano. Pois a Câmara Municipal de São Paulo liberava terrenos e impostos para os empresários que se comprometessem a construir no mínimo 20 habitações operárias. Em 1897, o vereador Guilherme Mawxell Rudge apresentou à Câmara solicitação para a concessão de 500.000m² de terrenos públicos, para construção de 2.000 casas operárias.⁴⁵

⁴⁴ REIS, Nestor Goulart. Habitação Popular no Brasil: 1880-1920. São Paulo: Fau-Usp, cadernos de pesquisa do LAP, 1994. pg.31.

⁴⁵ REIS, Nestor Goulart. pg.34,35.



· **Vilas de Usina** – Nomenclatura utilizada por José Sérgio Leite Lopes ⁴⁶ para se referir à peculiaridade das vilas do interior do Nordeste, onde os operários estão em áreas semi-rurais, em locais onde houve a mecanização do engenho em usina de açúcar. Os terrenos no fundo dos lotes eram utilizados para um pequeno roçado, ou criação de pequenos animais, diferente do comportamento das Vilas próximas às Fábricas têxteis.

Eva Blay resume, comentando sobre a grande variedade de possibilidades existentes, que:

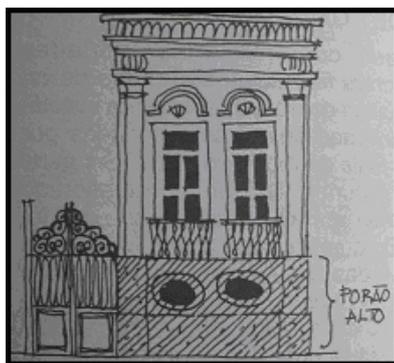
“As vilas operárias... perduram na paisagem, marcam a moradia, tem um papel na lógica da urbanização e um sentido nos processos de reajustamento das relações de produção... Há vilas de todos os tamanhos e de variada estruturação interna, comportando desde uma rua apenas até várias ruas, jardins, praça de esportes e outros bens de uso coletivo (...) Quando a moradia na casa da vila é constituída de um aluguel pago ao patrão, esse fato pode interferir nas relações de produção, pois a vila constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força... ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca”. ⁴⁷

Não confundir as Vilas Operárias aqui citadas com “Villa” ou “Village”, que tem uma outra conotação, são pequenas cidades ou bairros residenciais utilizados para moradia de pessoas de alto poder aquisitivo. No Brasil, atualmente se utiliza dessa nomenclatura para nomear edifícios de luxo e condomínios fechados. Podemos ainda encontrar outras possibilidades de conceituação e definição das Vilas Operárias e da Habitação Popular do trabalhador de baixa renda.

⁴⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do Diabo- o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1978. pg. 183 a 191.

⁴⁷ BLAY, Eva. pg. 7 – 11.





2.6 - Nomenclatura para definir os tipos na habitação operária

· **Casa de Porão Alto no Alinhamento da Rua** - Casa com porão de pequena altura que se constitui no embasamento da construção. É um tipo de habitação característico da segunda metade do século XIX. Comumente, o porão é ventilado por aberturas retangulares ou circulares vedadas por grade de ferro. Muitas vezes é implantada no alinhamento da rua, possuindo entrada lateral descoberta provida de gradil e portão de ferro. Quase sempre possui platibanda ornamentada de diferentes maneiras.



· **Casa de Porta-e-Janela** - Casa térrea de pequeno porte cuja disposição interna determina a presença de uma porta e uma janela na sua fachada frontal. Até o início deste século foi um tipo muito comum de habitação que se adaptava muito bem aos estreitos lotes urbanos. Era formada basicamente por uma sala na frente que se unia a uma alcova, seguida de uma sala de refeições, que por sua vez se ligava a um pequeno puxado, onde se encontrava a cozinha. Com a proibição do uso de alcovas em finais do século XIX, essa planta teve de ser modificada, resultando na necessidade do alargamento dos lotes e conseqüente quase desaparecimento desse tipo de edificação. Principalmente no Norte é também chamada porta-e-janela.

Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000. e A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950. São Carlos: RiMa, 2004.



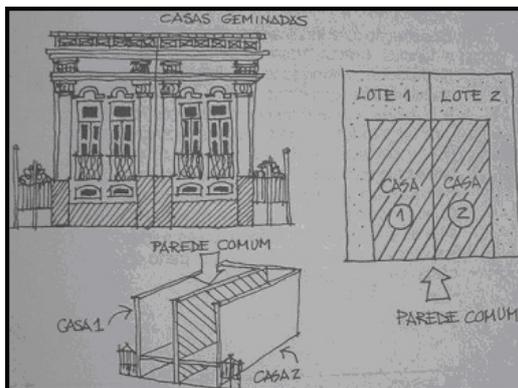
Fonte: Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. Ed. Papyrus, Campinas, 1998.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.



· **Casa Geminada** - Casa que Possui uma de suas paredes externas laterais em comum com outra casa vizinha, apresentando-se as duas casas como uma edificação única. Em geral, ambas têm fachada frontal igual e mesma distribuição interna, só que rebatidas. Se comparada às casas isoladas, sua implantação em loteamentos tem como vantagem permitir a diminuição do comprimento das ruas, reduzindo despesas de urbanização. Seu inconveniente é a dificuldade de ambas possuírem orientação adequada nos compartimentos. Foi muito comum sua construção no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.

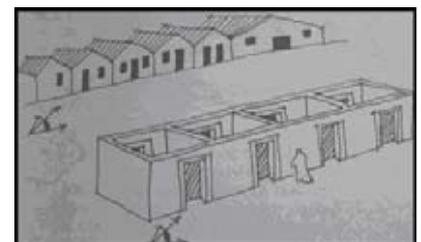
· **Casa Isolada**- Casa construída em centro de terreno. portanto sem paredes externas encostadas nas divisas do lote.

· **Casario**- Conjunto formado por edificações agrupadas, em geral corridas, de poucos pavimentos, formando um todo homogêneo.

· **Casas Corridas** – conjunto formado por mais de duas casas implantadas de modo a terem suas paredes laterais em comum com as casas vizinhas, resultando em telhado único para todas as unidades. Em geral as casas possuem ainda fachadas frontais no mesmo alinhamento. Muitas vezes as casas são idênticas internamente.



Casas da Vila Santa Cruz, SE.
Fonte: Suzete Bomfim.



Fonte: Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Ed. ProEditores, 2ª Edição. São Paulo, 2000.



⁴⁸ Informações extraídas do artigo “Brasil, Suas Fábricas E Vilas Operárias”. PÓS-20. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fau/USp. N° 20, São Paulo, 2006. Pg. 10 a 32.

2.7 - Os tipos na habitação operária pelo Brasil

Os pesquisadores Telma Correia Barros e Philip Gunn, fotografaram muitos exemplares pelo Brasil. Mostraremos alguns deles, para demonstrar os tipos de habitação popular para operários produzida no Brasil. ⁴⁸

As Experiências Pioneiras no Brasil, 1811-1880

No período entre 1811 e 1880, quatro setores tiveram uma ação expressiva no Brasil em relação à criação de casas para seus empregados: os engenhos de açúcar, as fábricas de ferro, as minas e as indústrias têxteis. Mostraremos algumas imagens exemplificando a produção desse tipo de moradia, nas diferentes partes do país.

Os Engenhos de Açúcar

No Brasil, desde o período colonial, pequenos povoados se formaram junto dos engenhos de açúcar, reunindo, geralmente, uma capela, o engenho e seus anexos, uma casa grande, moradias para trabalhadores livres e para escravos.

Ipojuca, Pernambuco. Capela e senzalas do Engenho Tinoco, Foto: 1995.



Igarassu, Pernambuco. Senzalas do Engenho Monjope, foto:1998.





As Fábricas de Ferro

No século 19 muitas moradias para trabalhadores foram erguidas no Brasil, especialmente no estado de Minas Gerais, por forjas e fábricas de ferro. Nesse estado, dezenas de pequenas forjas surgiram, geralmente incluindo a construção de uma casa para a administração e outra para o mestre ferreiro e de ranchos para os operários ou escravos.

Alguns núcleos fabris mais amplos foram gerados por fábricas de ferro de maior porte, como a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (1811), a Fábrica de Ferro do Prata (1812), a fábrica do Morro do Pilar (1812) e a Fábrica de São Miguel de Piracicaba (1827). O primeiro desses núcleos se situava no estado de São Paulo e os demais no de Minas Gerais.



Iperó, São Paulo. Prédios fabris da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Foto: 2004.



Iperó, São Paulo. Casa do diretor da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, Foto: 2001.



Iperó, São Paulo. Prédios fabris da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Foto: 2004.



Iperó, São Paulo. Prédios fabris da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Foto: 2001.



Iperó, São Paulo. Casa de funcionário da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, Foto: 2001.



As Empresas de Mineração

Em Minas Gerais, a atividade mineradora gerou pequenos núcleos residenciais em propriedades privadas desde o período colonial. No século 19, um núcleo de grande porte surgiu criado pela Mina de Morro Velho, que a partir de 1834 pertenceu à empresa The Saint John D'El Rey Mining Company.

Nova Lima, Minas Gerais. Casas para gerentes da Mina de Morro Velho.
Foto: 1998.



Nova Lima, Minas Gerais. Casas para gerentes da Mina de Morro Velho.
Foto: 1998.





As Fábricas Têxteis

Entre meados do século 19 e 1880, diversas fábricas têxteis localizadas no campo devido, especialmente, à busca de proximidade com matas e cachoeiras, exploradas como fonte de energia – criaram habitações para seus empregados.

Nesse período, essas indústrias deram ênfase à contratação de operários – sobretudo mulheres – solteiros, os quais eram abrigados em alojamentos coletivos. Além desses alojamentos, entretanto, os núcleos fabris dessas indústrias costumavam reunir algumas casas, capela e escola.

Entre as indústrias têxteis que criaram núcleos fabris no Brasil, até 1880, estão as fábricas: Todos os Santos; Esther (1849); Fernão Velho (1857); Brasil Industrial (1871); Cedro (1872); Petrópolis (1874); Carioba (1875); Biribiri (1876); Gabiroba (1876); Santa Francisca (1876) e Cachoeira (1877).



Diamantina, Minas Gerais. Biribiri, núcleo fabril criado pela Fábrica de Fiação e Tecidos Biribiri. Foto: 1998.



Caetanópolis, Minas Gerais. Casa do diretor da Fábrica de Tecidos Cedro. Foto:1998.



Diamantina, Minas Gerais. Biribiri, núcleo fabril criado pela Fábrica de Fiação e Tecidos Biribiri. Foto: 1998.



Diamantina, Minas Gerais. Biribiri, núcleo fabril criado pela Fábrica de Fiação e Tecidos Biribiri. Foto: 1998.



A Difusão Nacional Dos Assentamentos Fabris, 1881 - 1930

No Brasil, entre 1880 e 1930, os conjuntos de moradias erguidos por empresas para seus funcionários difundem-se em larga escala, em diferentes estados e regiões.

Nesse momento, esses espaços se afirmam como uma importante expressão da era industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também por suas características formais, que usualmente remetem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril.

Na arquitetura desses lugares, nesse período, surgem freqüentemente exemplares inspirados em modelos tradicionais brasileiros. O padrão urbano de casas de porta e janela dispostas em renque e desprovidas de recuos frontais ou laterais foi, nesse momento, bastante comum em vilas operárias e núcleos fabris.

Magé, Rio de Janeiro. Casas em Pau Grande, núcleo fabril erguido pela Fábrica de Fiação e Tecidos Pau Grande.
Foto: 1998.



Paulista, Pernambuco. Núcleo fabril criado pela Companhia de Tecidos Paulista.
Foto: 1995.



Neópolis, Sergipe. Núcleo Fabril criado pela Fábrica da Passagem.
Foto: 1995.



Petrópolis, Meio da Serra, Rio de Janeiro. Casas erguidas pela Companhia de Fiação Cometa.
Foto: 1998.





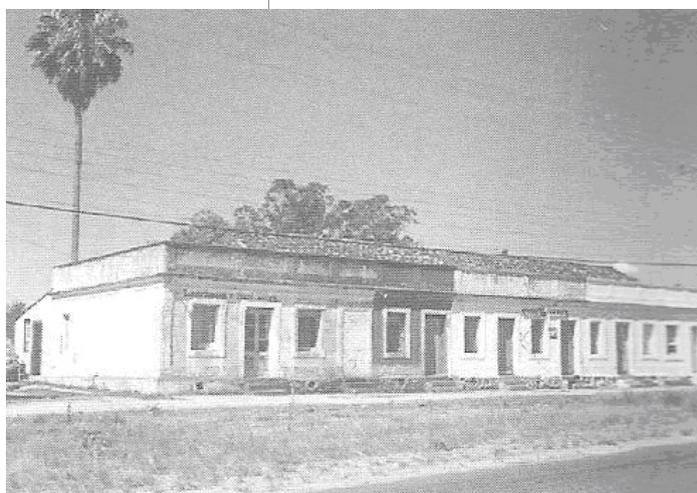
Rio de Janeiro. Casas erguidas pela Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial.
Foto:1998.



Tatuí, São Paulo. Vila operária da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho.
Foto: 2001.



Itu, São Paulo. Vila operária da Companhia de Fiação e Tecelagem São Pedro.
Foto: 2001.



Bagé, Rio Grande do Sul. Casas erguidas pela Charqueada Santa Thereza.
Foto: 1997.



Rio Grande, Rio Grande do Sul.
Casas erguidas pela Indústria
de Tecidos Rheingantz.
Foto: 1997.



Em alguns casos, grupos de casas semelhantes recebem alpendres frontais, que remetem à arquitetura de senzalas erguidas em engenhos de açúcar do Nordeste durante o período colonial e o século 19.



Recife, Pernambuco. Casa na vila operária erguida pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A.
Foto: 2003.



Rio Tinto, Paraíba. Núcleo fabril criado pela Companhia de Tecidos Rio Tinto.
Foto: 1995.

Delmiro Gouveia, Alagoas.
Núcleo fabril criado pela
Fábrica da Pedra.
Foto: 1995.





Inovações higienistas do final do século XIX se fazem presentes na sua arquitetura de vilas operárias e núcleos fabris: o porão alto é raro, enquanto o recuo lateral freqüente.



Jundiaí, São Paulo. Casas da Fábrica São Bento. Foto: 2002.

Nas primeiras décadas do século XX os chalés que povoaram a paisagem dos subúrbios brasileiros também se difundiram amplamente em vilas operárias e núcleos fabris. Podiam remeter a modelos europeus, incluir ornatos ou assumir formas despojadas.



Timbaúba, Pernambuco. Casas erguidas pela Fiação e Tecelagem Timbaúba. Foto: 2005.



Votorantim, São Paulo
Casas erguidas pela Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim, Foto:2001.





Em algumas vilas operárias e núcleos fabris criados nesse período emerge uma estética tipicamente industrial, expressa na simplificação ou ausência de ornatos. O tijolo aparente usado em fábricas, moradias, igrejas, etc., torna-se um elemento característico do despojamento que baliza essa nova paisagem industrial.

Santa Rita, Paraíba
Vila operária da Companhia de Tecidos
Paraibana, Foto:2002.



Itabirito, Minas Gerais
Chalés pertencentes à Valadares Diesel
Ltda, Foto:1998.



Itabirito, Minas Gerais
Chalés pertencentes à Companhia Industrial
Itabira do Campo, Foto:1998.



Cachoeira do Prata, Minas Gerais
Chalés no núcleo fabril da Companhia Têxtil Cachoeira de
Macacos, Foto:1998.





Petrópolis, Meio da Serra, Rio de Janeiro
Casas erguidas pela Companhia de Fiação Cometa,
Foto:1998.



Petrópolis, Rio de Janeiro
Casas erguidas pela Companhia de Fiação Cometa, Foto:1998.



Niterói, Rio de Janeiro
Vila operária da Companhia Comercio e Navegação,
Foto: 2004.

Em alguns casos raros, a estética industrial se expressa na arquitetura de vilas operárias por meio de ornatos cujos temas remetem ao mundo das máquinas. Um exemplo, nesse sentido, é a Vila Maria Zélia, edificada entre 1916 e 1920, onde desenhos no reboco de fachadas compõem quadriláteros sugerindo chapas de metal, pequenos prismas que remetem a parafusos e formas circulares as quais lembram manivelas.

É também o caso da igreja da vila operária do Cotonócio Othon Bezerra de Mello S.A., em Recife, na qual os desenhos dos óculos se inspiram na forma de engrenagens industriais.

São Paulo
Vila Maria Zélia, criada pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta, Foto:2001.



A Afirmação Do Modelo, 1931-1960

Nas décadas de 30, 40 e 50 os conjuntos residenciais de empresas continuaram a difundir-se no Brasil em grande escala: novos conjuntos são criados e muitos dos existentes se ampliam.

Na arquitetura desses lugares, nas décadas de 30 e 40 foi significativa a difusão de uma vertente modernista que, posteriormente, seria identificada como art-déco, da tipologia que se popularizou no Brasil com o nome de bangalô e do estilo “missões”.

Atendendo a preceitos higienistas e, às vezes, à intenção de diferenciar casas destinadas a técnicos especializados, casas geminadas duas a duas foram erguidas com frequência em vilas operárias e núcleos fabris.

Goiana, Pernambuco, casas para operário.
Foto: 2000.



Diamantina, Minas Gerais, Núcleo fabril de Gouveia, criado pela companhia industrial São Roberto.
Foto: 1998.



Diamantina, Minas Gerais, Núcleo fabril de Gouveia, criado pela companhia industrial São Roberto. Foto: 1998.



Diamantina, Minas Gerais, Núcleo fabril de Gouveia, criado pela companhia industrial São Roberto. Foto: 1998.





“A partir da segunda metade dos anos 30, a construção de vilas e núcleos de empresas no Brasil passou por uma alteração importante, caracterizada pela crescente participação de urbanistas e arquitetos elaborando planos e projetos de construções para esses locais.

*Marcos importantes desse novo momento foram o concurso para o plano de Monlevade (1934) e a proposta do arquiteto Atílio Corrêa Lima para Volta Redonda (1941). Um outro exemplo de núcleo fabril projetado por arquiteto é Harmonia, criado pela Fábrica de Papel e Celulose Klabin, no Paraná, cujo plano de urbanismo foi elaborado em 1943 pelo arquiteto Abelardo Caiubi. Na década de 50, a tendência da concepção de planos para vilas e núcleos de empresas por urbanistas persiste, em projetos elaborados por alguns dos mais destacados arquitetos que atuaram no Brasil no século 20. esse foi o caso do projeto do núcleo residencial realizado pelos arquitetos Jacques Pilon e Giancarlo Gasperini para a Fábrica Mecânica Pesada em 1956”.*⁴⁹

⁴⁹ PÓS-20. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fau/Usf. N° 20, São Paulo, 2006. Pg. 24 a 27.

Votorantim, São Paulo. Casas erguidas pela Fábrica de Estamparia e Alvejaria.
Foto: 2001.



Diamantina, Minas Gerais, Núcleo fabril de Gouveia, criado pela companhia industrial São Roberto.
Foto: 1998.



Jundiaí, São Paulo. Vila Argos, construída pela Argos Industrial S.A.
Foto: 2002.



Piracicaba, São Paulo. Vila Boyes, erguida pela indústria Boyes.
Foto: 2001.



